



REDE DE
**OBSERVATÓRIOS
DA SEGURANÇA**

Retratos da Violência

Cinco meses de
monitoramento, análises
e descobertas

Junho a outubro - 2019

POLÍCIA

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

A violência além dos dados oficiais

3

A rede

12

Bahia

13

Ceará

19

Pernambuco

25

Rio de Janeiro

31

São Paulo

37

A violência de todos os dias

43

Artigos

Novas ferramentas, velhas práticas:
reconhecimento facial e policiamento no Brasil

67

A política de segurança pública do Rio de Janeiro
é ineficiente e financeiramente insustentável

71

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes

Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber
Leonarda Musumeci
Sílvia Ramos

Coordenadores adjuntos

Ana Clara Telles
Pablo Nunes

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral

Sílvia Ramos

Coordenador de pesquisa

Pablo Nunes

Coordenadora de comunicação

Anabela Paiva

Pesquisador

Pedro Paulo da Silva

Articulador da Rede

Salvino Oliveira

Analista de redes sociais

Marcos Vinícius de Araújo

Gerente

Ana Paula Andrade

Consultor

Alexandre Ciconello Ganança

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - BAHIA

Dudu Ribeiro
Luciene da Silva Santana
Thiago de Souza Amparo

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - CEARÁ

Ana Leticia Lins
Cesar Barreira
Ricardo Moura

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - PERNAMBUCO

Alana Freitas
Deila Martins
Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero
Pedro Paulo da Silva
Sílvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - SÃO PAULO

Bruno Paes Manso
Julia Rezende Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPd)
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)
Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Parceiros na coleta de dados

Fogo Cruzado
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Agradecimentos

Anistia Internacional Brasil; Casa Fluminense; Casa Preta Espaço de Cultura; Comissão de Direitos Humanos da Alerj; Coletivo Papo Reto; Comissão de Trabalho e Renda da Alerj; data_labe; Defensoria Pública do Estado do RJ; Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Grita Baixada; Fórum Popular de Segurança Pública BA; Fórum Popular de Segurança Pública CE; Fórum Popular de Segurança Pública PE; Ford Foundation; Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (GCASC); Grupo Ibura + Cultura; Instituto de Estudos da Religião (Iser); Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio); Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ); Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Pós-Afro – Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos; Open Society Foundations; Redes da Maré; Voz das Comunidades

E também

Alexandre Leite; Átila Roque; Cecília Olliveira; integrantes do Conselho de Ativistas e do Grupo de Comunicação do Observatório da Segurança RJ; Eliana Sousa Silva; Fabro Steibel; Gilberto Vieira; Graciela Selaimen; Henrique Silveira; Itamar Silva; Julita Lemgruber; Leonarda Musumeci; Lidiane Malanquini; Ligia Batista; Maria Isabel Couto; Marisa Vassimon; Pedro Abramovay; Pedro Strozemberg; Plínio Bortolotti; Rafael Soares; Raul Santiago; Renata Neder; Rene Silva; Robson Rodrigues; Rodrigo Alves; Thainã Medeiros; Tiago Joffily

Fale com a gente

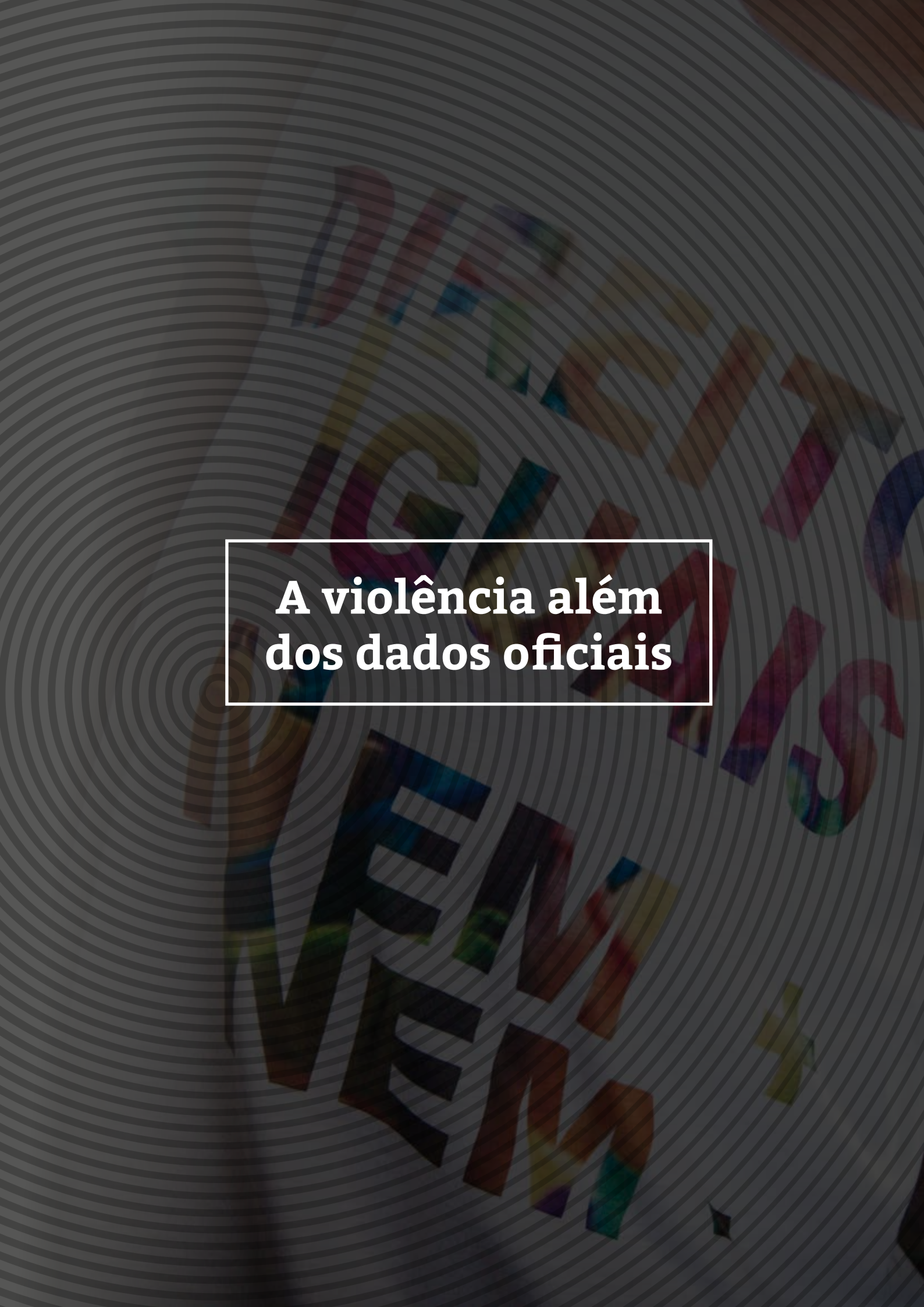
rededeobservatorios@gmail.com
Twitter @rede_seguranca
Facebook @rededeobservatorios
Instagram @redeobservatorios

Apoio

FORD FOUNDATION

Apoio Institucional

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES



**A violência além
dos dados oficiais**

O que se esconde na base do iceberg

Os homicídios são a ponta do iceberg da violência no Brasil. Onde os homicídios são frequentes também são comuns as lesões corporais, o medo e as ameaças. “Viado tem de morrer!”. “Vagabunda, vai apanhar!”. “Moleque, a polícia vai te pegar!”. “Macumbeira, sai daqui!”. Nas cidades brasileiras, o cotidiano de famílias e instituições é assombrado por frases como estas. E, quando a palavra vira gesto, adolescentes, mulheres, indivíduos LGBTI+¹, negros, crianças e idosos tornam-se vítimas de espancamentos, tentativas de morte e assassinatos.

Esses crimes, que atingem milhares de brasileiros e brasileiras, na maioria das vezes sem mediação ou resolução, compõem a base do iceberg da violência no Brasil. Tendem a ser minimizados, mas contribuem para criar um contexto e uma cultura de violência que nos permite banalizar até mesmo o fenômeno extremo – a morte violenta. Não à toa, convivemos com naturalidade em face dos homicídios – principalmente se suas vítimas forem as de sempre: jovens pobres e negros, moradores das áreas mais pobres das cidades.

Uma pequena parte dessas violências cotidianas alimenta as estatísticas ao serem registradas em Boletins de Ocorrência (BOs). Quando são crimes sem letalidade, raramente geram inquéritos investigados pelas Polícias Cíveis e Ministérios Públicos.

A Rede de Observatórios foi criada na tentativa de mapear a parte invisível dessa montanha de agressões e hostilidade. É uma experiência que procura monitorar e acompanhar diariamente os fenômenos da violência não só a partir da leitura atenta e crítica dos números oficiais das polícias – homicídios, mortes por ação policial, crimes contra o patrimônio – mas também roubos de veículos e roubos de rua. A Rede capta informações que não são incorporadas aos registros oficiais, como as relacionadas aos crimes contra indivíduos LGBTI+; racismo; violências contra mulheres, crianças e adolescentes; violências dentro de sistemas penitenciários e socioeducativos; violência armada; ataques e ações de grupos criminais; linchamentos; chacinas e as muitas variações de

A REDE DE OBSERVATÓRIOS FOI CRIADA NA TENTATIVA DE MAPEAR A PARTE INVISÍVEL DESSA MONTANHA DE AGRESSÕES E HOSTILIDADE. É UMA EXPERIÊNCIA QUE PROCURA MONITORAR E ACOMPANHAR DIARIAMENTE OS FENÔMENOS DA VIOLÊNCIA

¹ A sigla, adotada oficialmente pelas organizações de direitos, refere-se a Lésbicas, Gays, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Transexuais e Pessoas Intersexuais. O símbolo de + representa a possibilidade de inclusão de outras expressões.

A EXPERIÊNCIA DA REDE NÃO ESTÁ CENTRADA NUMA COLEÇÃO DE NÚMEROS. SABEMOS QUE CAPTAMOS UMA PARTE DOS FATOS VIOLENTOS QUE OCORREM NA SOCIEDADE. PRIORIZAMOS O ENTENDIMENTO, A ANÁLISE E A COMUNICAÇÃO SOBRE OS FENÔMENOS DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA

fenômenos associados ao policiamento, como operações, corrupção e mortes de agentes.

Criada em maio de 2019 em cinco estados – Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo – a Rede de Observatórios combina em sua concepção o reconhecimento da relevância dos fenômenos de violência e criminalidade, a diversidade social, cultural e política entre as unidades da federação e a importância da presença de parceiros locais. A experiência da Rede não está centrada numa coleção

de números. Sabemos que captamos uma parte dos fatos violentos que ocorrem na sociedade. Priorizamos o entendimento, a análise e a comunicação sobre os fenômenos da violência e da segurança.

Em um estado, homicídios e roubos podem ter diminuído em relação ao ano anterior, mas a vida nas periferias está mais difícil, porque os tiroteios e as operações policiais letais aumentaram. Em outro estado, as mortes violentas caem, mas o número de feminicídios, principalmente no interior, impressiona. Em um terceiro, roubos de carros são reduzidos, mas ataques de facções do crime levam medo à maioria dos bairros. E, em muitos locais, grupos paramilitares agem em silêncio: olhar apenas os números dificilmente revelará o crescimento desse fenômeno que hoje preocupa o país.

Essas percepções só são possíveis pelo fato de mantermos analistas locais extremamente antenados não só em relação aos dados, mas principalmente às informações que circulam nas redes. Faz parte do trabalho desses pesquisadores o diálogo e a troca de informações com outras entidades da sociedade civil, coletivos de bairros, grupos de mães, defensores, pesquisadores, policiais e mídia. Não por acaso, as organizações que formam as redes contam com integrantes com um histórico de atuação na sociedade civil. Nos cinco estados, os observatórios vêm dialogando de perto com iniciativas como os fóruns populares de Segurança Pública, no Nordeste; a campanha Mobilização Nacional em Defesa da Vida; a Rede Fluminense de Pesquisa e a articulação de várias organizações pela redução da violência policial no Rio de Janeiro; e a discussão sobre política de drogas na Bahia.

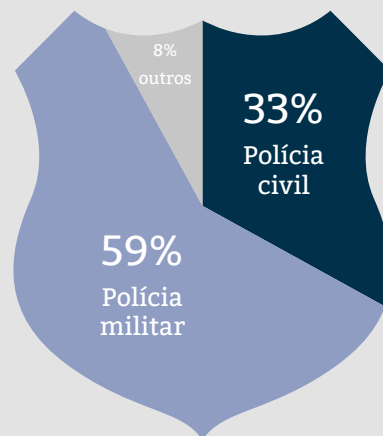
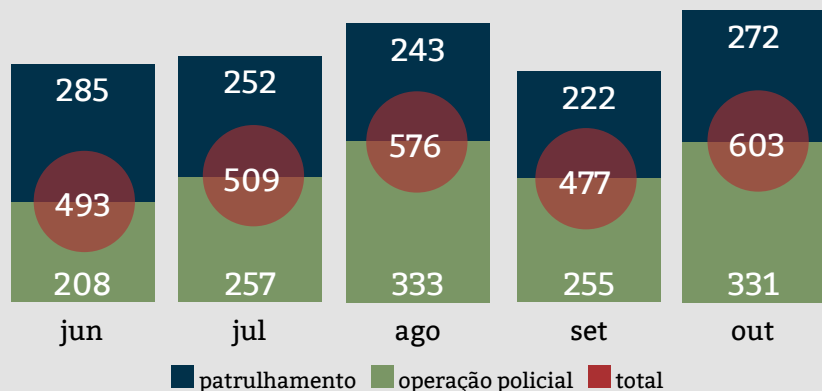
Depois dos cinco primeiros meses captando fenômenos de violências cotidianas que não estão nos registros oficiais, os resultados iniciais são tão estimulantes que podemos dizer: nós só estamos começando. Veja alguns deles no infográfico a seguir.



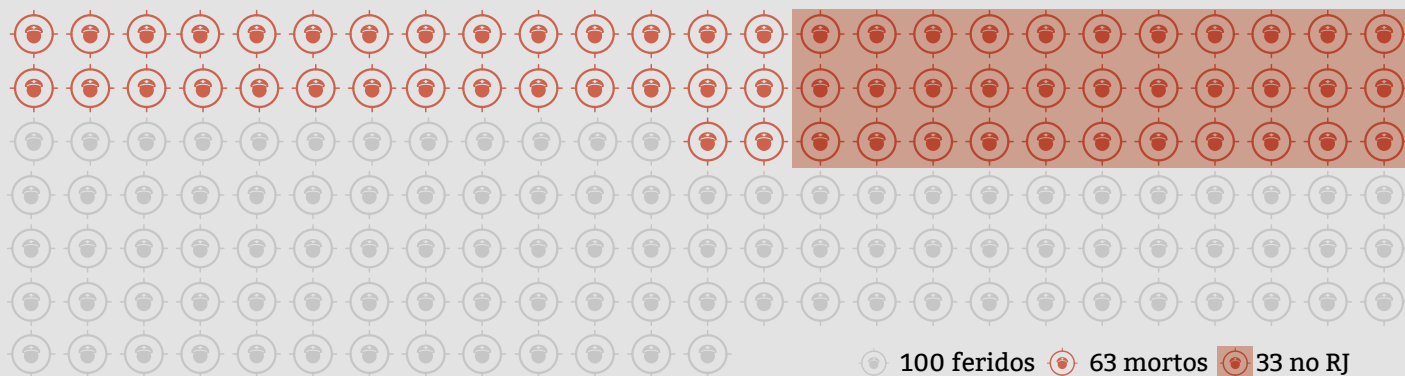
Em cinco meses de monitoramento, de junho a outubro de 2019, a Rede de Observatórios da Segurança registrou 4.764 fatos relacionados à segurança pública e à violência nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Veja aqui uma parte dos dados que reunimos.

AÇÕES POLICIAIS, ABUSOS E VITIMIZAÇÃO DE AGENTES E CORRUPÇÃO POLICIAL SOMARAM 2.658 REGISTROS MONITORADOS PELA REDE, OU 61% DO TOTAL

AÇÕES POLICIAIS MONITORADAS - BA, CE, PE, RJ E SP



VITIMIZAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA



VIOLÊNCIA POLICIAL EM ALTA NO RJ

O Rio de Janeiro concentra **54%** das operações

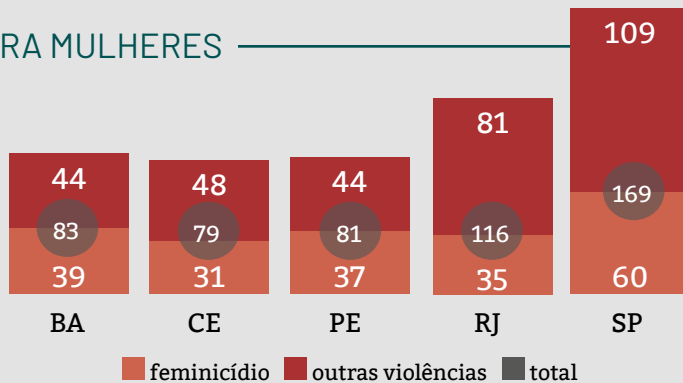
Aumento de **36%** nas operações e patrulhamentos em relação a 2018

Aumento de **56%** na letalidade em ações policiais em relação a 2018

49% das ações policiais tem vítimas

FEMINICÍDIOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES

DE 518 CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, 39% FORAM FEMINICÍDIOS; 42% TENTATIVAS DE FEMINICÍDIOS OU AGRESSÕES FÍSICAS; E 15%, AGRESSÕES SEXUAIS

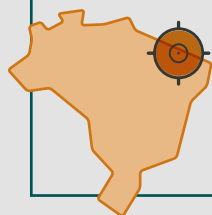


RACISMO, VIOLÊNCIA CONTRA GRUPOS LGBTI+ E RACISMO RELIGIOSO

14 racismo → 35 violência contra LGBTI+ → 22 letais → 7 racismo religioso

O RACISMO MATA NO BRASIL: A TAXA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS (200/100 MIL HABITANTES) É OITO VEZES A DA POPULAÇÃO (28/100). MESMO ASSIM, RARAMENTE EPISÓDIOS DE RACISMO SÃO NOTIFICADOS E NOTICIADOS. O SILÊNCIO TAMBÉM PREDOMINA NA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E CONTRA PESSOAS LGBTI+.

ATAQUES DE GRUPOS CRIMINAIS



84% dos casos são do CEARÁ

VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

35% Homicídios

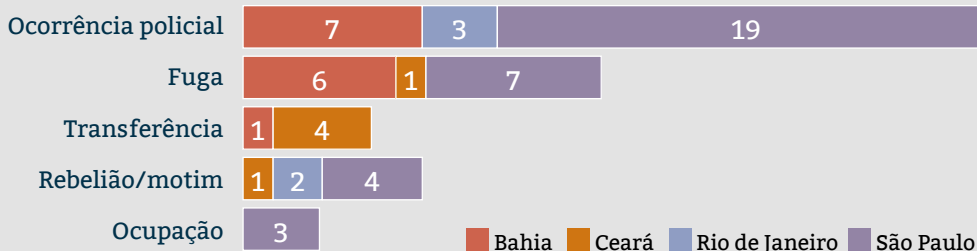
26% Violência sexual e estupro

84% são meninos



SISTEMA PENITENCIÁRIO E SISTEMA SOCIO-EDUCATIVO

O BRASIL TEM 840 MIL PRESOS. PREDOMINA O DESCONHECIMENTO SOBRE O QUE ACONTECE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO.



MANIFESTAÇÕES E GREVES

POR QUE MONITORAMOS MANIFESTAÇÕES? ATOS PÚBLICOS ENVOLVEM A UTILIZAÇÃO DE FORÇAS DE SEGURANÇA, ENFRENTAMENTOS E VANDALISMOS. TAMBÉM MONITORAMOS GREVES DE POLICIAIS.

52 greves e paralisações

179 protestos e manifestações



CHACINAS E LINCHAMENTOS



34 chacinas

28 linchamentos e tentativas

16 chacinas tem participação de policiais



Nosso método de monitoramento diário

Em cada estado de atuação da Rede, uma instituição ou entidade ou grupo de pesquisa já existente criou ou reforçou uma equipe para monitorar e recolher diariamente informações sobre violência e segurança dos principais jornais, portais de notícias, grupos de WhatsApp e Telegram, contas no Twitter e páginas no Facebook. Além dos pesquisadores, contamos com “robôs” (bots) que percorrem diariamente redes de informação e redes sociais. Os pesquisadores seguem protocolos comuns e em cada estado há uma lista obrigatória de fontes a serem visitadas diariamente.

O acompanhamento cotidiano das notícias é uma parte trabalhosa e onerosa do monitoramento, porém crucial. Sem a pesquisa permanente nas fontes, seria fatal perder informações no fluxo intenso de casos de crime e violência que ocorrem todos os dias, reportados por esses veículos e muitas vezes apagados das páginas de internet. Não é tarefa simples recuperar o que aconteceu no passado.

Antes do início do monitoramento, em 1º de junho, todos os pesquisadores dedicados a esta tarefa diária foram treinados para classificar as informações nas categorias e nas subcategorias previstas. Além desta classificação, eles preenchem informações como sexo, idade, cor e orientação sexual de vítimas e agressores; local da ocorrência; possíveis motivações; meios utilizados para o ato violento; e, principalmente, uma breve descrição do fato. Os dados alimentam um banco atualizado automaticamente.

A pesquisa busca capturar as dinâmicas dos fenômenos observados. Por exemplo, se um policial foi morto ou ferido, registraremos a informação se o fato ocorreu em serviço ou fora dele; se há evidências de que a morte ou a agressão se deu em confronto, em assalto ou resultou de vingança ou execução; se era um policial civil ou militar etc. Neste caso, além do número de policiais vítimas de violência, poderemos compreender como as violências contra agentes ocorrem. Nunca registramos simplesmente um número. Sempre classificamos os fenômenos. Cada entrada do banco de dados da Rede de Observatórios corresponde necessariamente a um conjunto de informações que permite compreender, mesmo que de forma inicial, os fenômenos que acontecem em cada um dos estados.

Outro detalhe importante do monitoramento é que cada registro do banco de dados é baseado em pelo menos duas fontes. Isto assegura que as informações obtidas em redes como WhatsApp, Telegram etc. sejam confirmadas e complementadas. Para a análise de fenômenos como o feminicídio, por exemplo, é importante ter

acesso a diversas fontes, pois só analisando um conjunto robusto de informações se pode concluir se aquela morte foi motivada por questões de gênero.

O levantamento das informações também é enriquecido pelos insumos de uma rede de fontes informais, que não monitoramos regularmente: televisão, grupos de bairros e de pesquisa, universidades, ONGs e familiares. Por isso, ao planejarmos a Rede, decidimos que o monitoramento seria realizado em cada estado. Os pesquisadores dos Observatórios são antenas locais que captam informações e elaboram análises. Ligados a grupos de ativismo e pesquisa, em conexão com a sociedade e com jornalistas especializados, eles usam esse conhecimento sobre seus estados para produzir análises sobre violência, polícia e segurança.

Os pesquisadores conversam permanentemente entre si e com frequência chamam a atenção para fenômenos locais que devem se tornar pontos de observação de toda a Rede. Nessas trocas diárias, eles discutem como abordar casos que desafiam os protocolos construídos no início do trabalho da Rede e compartilham casos emblemáticos, como o do jovem torturado em um supermercado de São Paulo ou a morte de Juan, jovem cearense de 14 anos baleado durante uma abordagem policial. O debate e o engajamento em relação a esses casos dão forma, cor e nome ao que seria apenas estatística, contribuindo para que tais fenômenos sejam compreendidos pelos pesquisadores e coordenadores.

Nossa experiência, depois de cinco meses, confirma: não é possível substituir grupos de pesquisa e de ativismo local por ferramentas de pesquisa na internet, algoritmos e “robôs”. Estas ferramentas têm sua importância, mas são uma pequena parte do nosso monitoramento diário.

Uma palavra sobre números, BOs e LAIs

Os chamados dados oficiais sobre violência são criados a partir de registros (ou boletins) de ocorrência realizados em delegacias da Polícia Civil (na maior parte) por residentes ou pelos próprios policiais militares (por exemplo, no caso de homicídios). Os BOs (Boletins de Ocorrência) ou ROs (Registros de Ocorrência) formam uma imensa base de dados que, dependendo do estado, é mais bem ou menos bem organizada. Na maioria dos estados, esses registros são informatizados, mas até pouco tempo, em muitos lugares, eram feitos em máquinas datilográficas ou à mão e depois contados e repassados para os setores de estatística e as instâncias superiores. Em alguns locais do Brasil, na área de segurança, ainda não há informatização total dos registros.

Quando uma pessoa chega a uma delegacia, sua queixa é enquadrada em uma categoria criminal ou policial: ameaça, lesão corporal, roubo, furto etc. Só uma parte ínfima dos números totais desses dados é divulgada a cada mês ou a cada três meses, dependendo do estado. Na maioria dos estados da Rede, as secretarias ou órgãos de estatísticas divulgam os dados mensalmente, com algumas diferenças: o estado de São Paulo publica o número de mortos pela polícia em boletins trimestrais; os estados do Ceará e de Pernambuco utilizam a categoria Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nos seus relatórios, ao invés de publicarem os números de homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte separadamente. Algumas unidades publicam números de roubos de veículos separados dos roubos de celulares e roubos de rua, enquanto outras juntam vários crimes contra o patrimônio. Infelizmente, ainda são minoritários os estados que publicam um banco de dados completo com as principais ocorrências criminais, com informações de local, data, perfil da vítima etc. A maior parte dos estados divulga boletins, normalmente em formato de PDFs, com tabelas que não permitem cruzar dados para se ter um olhar mais aprofundado sobre determinada área ou um tipo de perfil de vítima.

AINDA SÃO MINORITÁRIOS
OS ESTADOS QUE PUBLICAM
UM BANCO DE DADOS
COMPLETO COM AS PRINCIPAIS
OCORRÊNCIAS CRIMINAIS

O ponto fora da curva é a Bahia, que não atende minimamente aos critérios desejáveis de transparência na segurança pública. Até a publicação deste relatório, no início de novembro, o último informe publicado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia referia-se ao período de janeiro a junho de 2019.

É importante lembrar que na área da saúde, por exemplo, isto não ocorre. Mortes por HIV ou por doenças cardiovasculares são classificadas precisamente e de maneira idêntica em todos os lugares do Brasil. As categorias não dependem de secretários de saúde ou de governadores e sua publicação é feita automaticamente pelos sistemas do SUS.

No caso da segurança, ainda ocorrem interferências de secretários sobre a divulgação de números sobre violência para favorecer os seus governos. No governo de Michel Temer, quando o Ministério da Justiça e Segurança Pública era comandado por Raul Jungmann, foi instituído o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP, com o objetivo de homogeneizar as estatísticas criminais dos estados, dando celeridade e sistematicidade à publicação dos dados. Infelizmente, o SUSP ainda é mais uma ideia no papel do que um sistema.

Como dissemos acima, além das informações agregadas (crimes contra a vida e contra o patrimônio) publicadas pelos governos, há milhares de registros nas bases policiais que raramente são

divulgados. É o que se dá, por exemplo, nos casos de feminicídio, violência contra LGBTI+, racismo, violências contra crianças e adolescentes, ou mesmo chacinas. Para conhecer essas informações, pesquisadores e ativistas têm de fazer pedidos especiais de dados via Lei de Acesso à Informação em portais estaduais. As respostas a esses pedidos às vezes chegam no tempo previsto, 20 dias úteis (prorrogáveis por mais 10). Mas também podem ser negados ou demorar muito tempo. O acesso cidadão aos dados de segurança é um tema-chave da Rede de Observatórios. Buscamos, junto aos nossos parceiros, estabelecer uma rotina de solicitações de informações por LAI que obrigue os estados a fornecerem dados que, aliás, não pertencem aos governos, mas são públicos.

Quando conseguimos acessar os “microdados” das ocorrências policiais (registro por registro, com informação sobre sexo, idade, local etc.), muitas vezes nos surpreendemos com o fato de os registros

serem escassos e incompletos. Em entrevista, um delegado da DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) do Rio de Janeiro explicou: “o que chega para mim como violência LGBTI+, racismo e intolerância religiosa é uma parte ínfima do que ocorre. Quase sempre são conflitos intrafamiliares. Pouca gente está disposta a entrar na delegacia e fazer um registro. Quando fazem, é porque querem que a polícia interfira para aquela ameaça parar”.

Efetivamente, como veremos nos indicadores selecionados, não são só os registros policiais que são escassos, mas também as informações que circulam cotidianamente. A despeito da repercussão de alguns casos, o volume de acontecimentos divulgado no dia a dia é pequeno e não corresponde a uma amostra representativa do que se passa na realidade.

Julgando pela quantidade de registros na imprensa, ninguém diria que vivemos no país em que vivemos, profundamente mergulhado na reprodução de dinâmicas racistas. O mesmo ocorre em relação à violência contra indivíduos LGBTI+ e à intolerância religiosa.

Ainda assim, é com base nessas informações que temos buscado compreender o que acontece nestes cinco estados. A seguir, as equipes de cada estado analisarão os dados oficiais e o contexto da segurança pública e da violência local. Eles também relatarão brevemente algumas das iniciativas da sociedade civil relacionadas à violência e à segurança. Na última parte, discutiremos o que podemos inferir dos indicadores não oficiais, eventos monitorados exclusivamente pela Rede de Observatórios.

COMO VEREMOS NOS INDICADORES SELECIONADOS, NÃO SÃO SÓ OS REGISTROS POLICIAIS QUE SÃO ESCASSOS, MAS TAMBÉM AS INFORMAÇÕES QUE CIRCULAM COTIDIANAMENTE. A DESPEITO DA REPERCUSSÃO DE ALGUNS CASOS, O VOLUME DE ACONTECIMENTOS DIVULGADO NO DIA A DIA É PEQUENO

A REDE

Cinco organizações, de cinco estados, conectadas com um objetivo: monitorar e difundir informações sobre segurança pública, violência e direitos humanos. Além dos dados oficiais, a Rede de Observatórios da Segurança registra fatos violentos que muitas vezes não chegam à polícia.



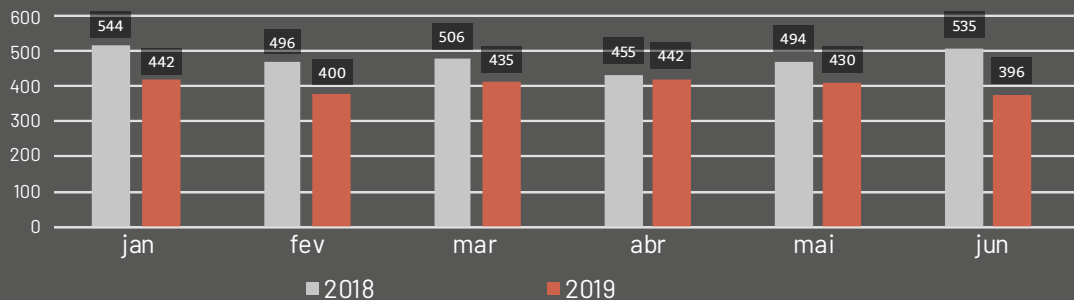
BAHIA

**Modelo centrado na
força policial penaliza
negros e negras**

Luciene da Silva Santana e Dudu Ribeiro

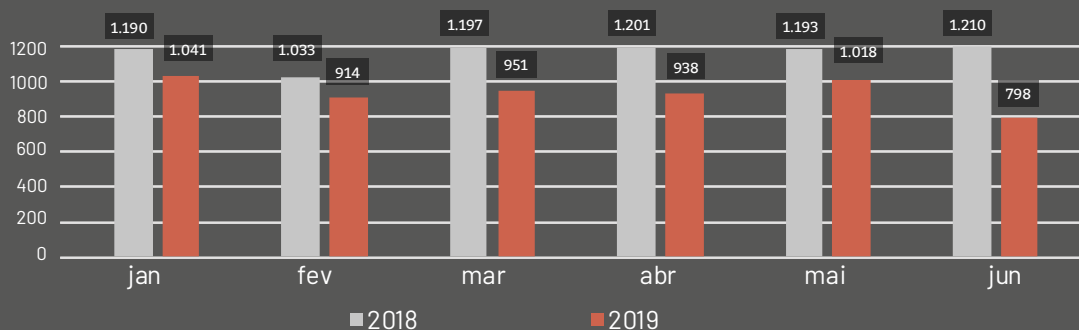
Pesquisadora e coordenador do Observatório da Segurança – Bahia

homicídios dolosos



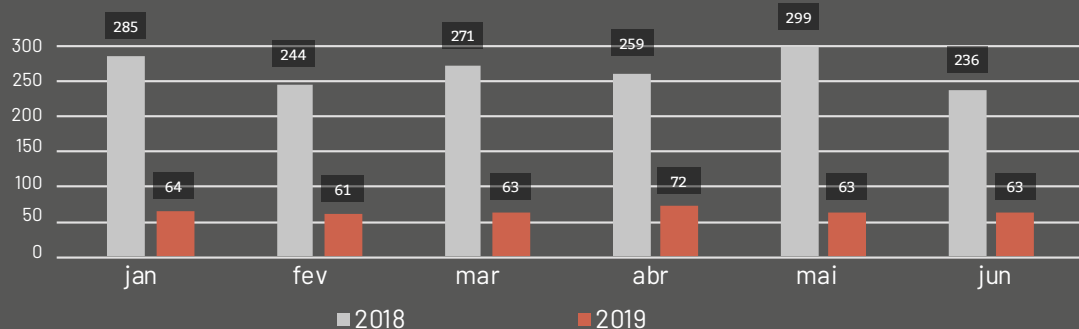
-16,01%

roubo de veículos



-19,42%

estupros



-75,78%

Assim como ocorreu nas demais unidades da federação, a gestão da segurança pública na Bahia seguiu modelos tradicionais, não preventivos, centrados no uso da força policial e que tradicionalmente penalizam negras e negros. Ao longo dos anos, essas iniciativas mostraram-se incapazes de reduzir os indicadores de criminalidade. Segundo o *Atlas da Violência 2019* (que divulga dados do Sistema de Saúde de 2017), cinco cidades da Bahia figuram entre as mais violentas do Brasil: Simões Filho, Porto Seguro, Lauro de Freitas, Camaçari e Eunápolis. O mesmo *Atlas* mostra o crescimento das taxas de homicídio no estado: em dez anos, a taxa de homicídios passou de uma taxa de 26 por 100 mil, em 2007, para 48 por 100 mil, em 2017 – um crescimento bastante superior ao da média nacional, que no mesmo período oscilou de 25,5/100 mil para 31,6/100 mil homicídios por ano.

Ao tempo em que se multiplicou o número de homicídios, avolumaram-se os casos emblemáticos de mortes produzidas pelas forças de segurança, desaparecimentos em operações policiais e graves violações de direitos humanos.

No bojo de propostas que tinham amplo apelo para a população e significativa repercussão midiática, no ano de 2011 o governo da Bahia lançou o programa Pacto pela Vida, com a proposta de atuação conjunta de órgãos da administração pública estadual nas comunidades, associando ações de segurança a iniciativas sociais e de prevenção. O programa foi responsável, entre outras coisas, pela implantação das Bases de Segurança Comunitária – BCS, centralizadas principalmente em bairros periféricos da capital e região metropolitana, além das cidades de Itabuna, Vitória da Conquista e Porto Seguro.

AO TEMPO EM QUE SE MULTIPLICOU O NÚMERO DE HOMICÍDIOS, AVOLUMARAM-SE OS CASOS EMBLEMÁTICOS DE MORTES PRODUZIDAS PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA, DESAPARECIMENTOS EM OPERAÇÕES POLICIAIS E GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Outras “inovações” foram mais controversas. Uma das práticas do governo da Bahia para ajudar na prisão de acusados tidos como de alta periculosidade é o “baralho do crime”. A ação organizada pela Secretaria de Segurança Pública, com informações alimentadas pela Superintendência de Inteligência da Secretaria da

Segurança Pública, divulga a lista dos acusados mais procurados no estado, utilizando um “baralho” como ferramenta de divulgação, classificando o grau de periculosidade de acordo com a carta em que a fotografia é propagada. A PM baiana também difundiu para seus comandados uma Cartilha de Tatuagens, com a finalidade de “oferecer aos agentes de segurança” elementos “encontrados no corpo das pessoas que cometem delitos”. Ambos os recursos não têm demonstrado eficácia na repressão à criminalidade, mas são representativos da orientação de uma política de produção de vigilância e punição centrada em corpos negros.

A Bahia é um dos cinco estados que integram a Rede de Observatórios da Segurança, proposta lançada pelo CESeC, em parceria com outras instituições, e que monitora casos publicados em veículos locais a partir de 16 indicadores, entre eles, feminicídio e violência contra mulher; racismo e injúria racial; violência contra LGBTI+; violência, abusos e excessos por parte de agentes do estado; corrupção policial; e chacinas. Como integrante da Rede, a Iniciativa Negra traz no seu escopo de atuação a busca por fomentar produções científicas capazes de inserir justiça racial e econômica no centro do debate público sobre políticas de drogas e direitos humanos, entendendo o papel da guerra às drogas na criminalização da existência negra no Brasil de hoje. Esse encontro permite hoje ampliar as nossas lentes sobre questões da segurança nas cidades brasileiras, onde os dados sobre crimes letais podem estar conectados com outros indicadores que permitam melhores entendimentos e alimentem novas saídas.

Em monitoramento realizado de junho a outubro de 2019, mais de 50% dos casos registrados pelo Observatório são referentes ao policiamento, divididos em patrulhamento e operações policiais. A maioria das notícias sobre policiamento diz respeito ao tráfico de drogas – informação preocupante, já que o estado tem adotado na guerra às drogas uma linha de enfrentamento e embrutecimento no uso das suas forças policiais.

Lançada em 2018, uma nova ação de segurança do Estado vem sendo registrada e acompanhada pelo Observatório: a utilização da tecnologia de reconhecimento facial para localização de suspeitos, fugitivos e pessoas com mandados de prisão em aberto. As câmeras foram instaladas em locais de grande circulação, como circuitos de carnaval, estações de metrô, rodoviária, dentre outros. Além de suspeitos, o sistema também está preparado para buscar pessoas que figuram nos bancos de desaparecidos.

UMA NOVA AÇÃO DE SEGURANÇA DO ESTADO VEM SENDO REGISTRADA E ACOMPANHADA PELO OBSERVATÓRIO: A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL PARA LOCALIZAÇÃO DE SUSPEITOS, FUGITIVOS E PESSOAS COM MANDADOS DE PRISÃO EM ABERTO

Movimentos sociais e pesquisadores têm alertado para os riscos desse sistema, já que as ferramentas de vigilância podem favorecer o abuso e a suspeita indevida e generalizada de pessoas negras. A prática, além de não regulamentada, não é fiscalizada por órgãos externos. Cerca de R\$ 18 milhões foram investidos no sistema de monitoramento, divulgado pela SSP como um dos maiores avanços tecnológicos na segurança do Estado.

O segundo indicador que mais surge no Observatório são os casos de violência contra a mulher. O aumento das denúncias passou a acontecer graças à criação das Delegacias Especiais da Mulher (DEAM) e ao advento da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), mecanismos que ajudaram a coibir a violência contra a mulher. O Observatório também tem analisado com preocupação o aumento dos casos de feminicídio no estado, tendo como principais vítimas mulheres negras. Este dado reforça a necessidade de colocar no centro da análise a relação entre gênero, raça e classe.



A EFICÁCIA DA INEFICIÊNCIA

Em fevereiro de 2015, nove policiais militares foram acusados de matar 12 jovens negros no bairro do Cabula, em Salvador. O governo e a Justiça baiana buscaram um desfecho rápido para o caso, em que, num primeiro momento, todos os agentes foram absolvidos. “[A polícia] é como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol”, disse na ocasião o governador Rui Costa.

A chacina ilustra a atuação em conluio de mecanismos do estado para a produção e o apagamento sistemático de mortes negras dentro das comunidades baianas. Amplificado nas ruas, o caso se tornou um marco na cidade, revelando com nitidez o processo de produção de morte pelo aparelho do estado. A sociedade civil baiana produziu inúmeras declarações e ações, assim como denúncias a organismos internacionais para divulgar o ocorrido, além de buscar a federalização da investigação sobre as mortes.

Há, no entanto, uma limitação das organizações da sociedade civil em face da amplitude da questão negra na Bahia e do tamanho gigantesco do aparato antinegro nas estruturas do estado. Os altíssimos índices de produção de mortes decorrem não só da violência letal e intencional por parte de agentes públicos, mas também dos investimentos públicos distribuídos segundo a lógica da necropolítica. Nesta lógica, o que o estado, a mídia e parte da sociedade fingem ser ineficiência do poder público é justamente a eficácia do modelo que organiza a soberania do poder estatal sobre os corpos de comunidades periféricas. Esta é a questão atual que, ancorada em estruturas do passado colonial, diz muito sobre o presente, e busca ofuscar possibilidades de futuro.

As principais vítimas da guerra travestida de política de segurança têm as suas experiências de sobrevivência atacadas sistematicamente, e as suas formas de produzir e significar a própria existência sequestradas e enquadradas pelas normas, normativas e regras de instituições

alheias às suas questões, que produzem as próprias narrativas, apagando ou se beneficiando das experiências periféricas em uma via de mão única, não de troca. Porém, pulsam cada vez mais fortes na cidade experiências diversas, que buscam destituir essas autocondecorações embranquecidas, esse sequestro de protagonismo, esse silenciamento.

Algumas dessas experiências estão conectadas com um processo histórico, no qual produzir o vocabulário da resistência a partir de linguagens diversas permite existir. A força está nos slams, organizados por jovens das periferias de Salvador; nos grupos comunitários; nas batalhas; no teatro produzido pela juventude negra baiana. E se encontra, também, nas organizações negras, que propõem novas conexões entre os atores sociais e procuram saídas próprias para as condições precárias herdadas de um estado que foi centro da colônia no Brasil, construindo coletivamente ações de resistência.

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) investe em outras formas de participação que permitam o fortalecimento da rede de colaboração e resistência dentro das nossas comunidades, bem como a ampliação da participação democrática do conjunto da sociedade. Para isso, atua em espaços como os conselhos de direitos humanos, o Fórum Popular de Segurança Pública e o Fórum de Redução de Danos, conectados a coletivos culturais e de juventude, movimentos sociais, sociedade civil organizada e o poder público.

Nesse sentido, a Iniciativa Negra é um espaço que fomenta a articulação e a mobilização nas agendas de segurança pública, na política sobre drogas, no sistema de justiça, na redução de danos, em saúde mental e direitos humanos. A partir de um conjunto de compromissos, estudos e estratégias de incidência política, a INNPD busca integrar as pautas e as redes que atravessam o campo da política de drogas, construindo soluções pacíficas e reparatórias.

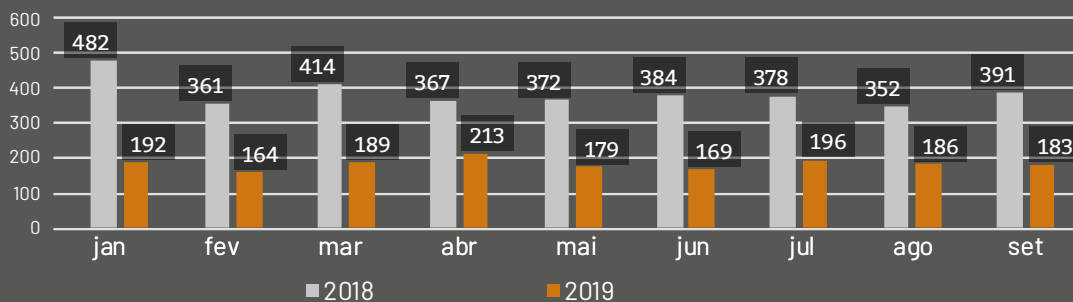
CEARÁ

**Denúncias de tortura nas
prisões, ataques nas ruas,
homicídios em queda**

Por Ana Letícia Lins, Ricardo Moura e César Barreira

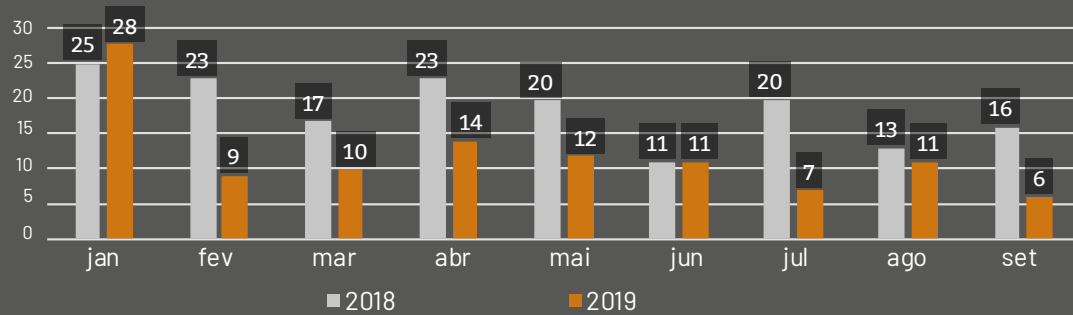
Pesquisadores e coordenador do Observatório da Segurança – Ceará

homicídios dolosos



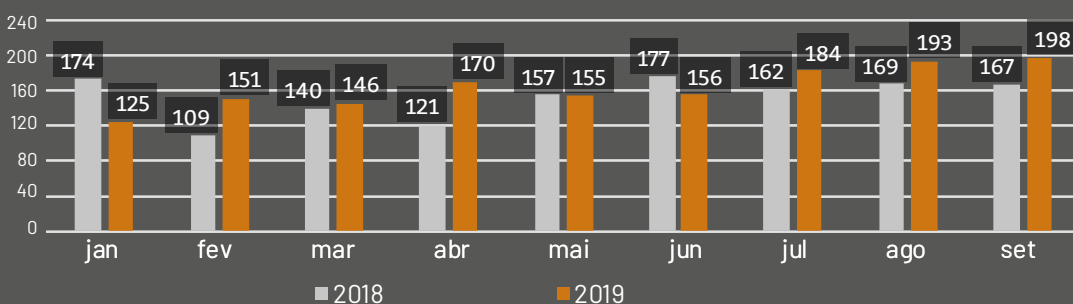
-52,27%

mortos pela polícia



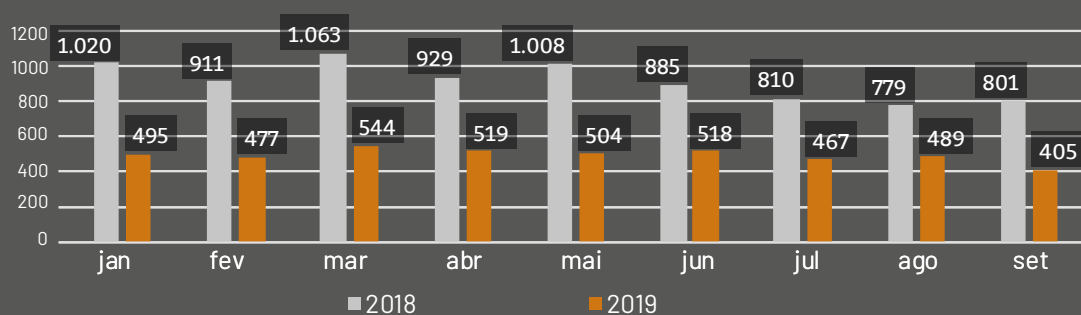
-35,71%

estupros



+7,41%

crimes violentos contra o patrimônio



-46,16%

Fonte: SPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

O segundo mandato do governo Camilo Santana teve início com um alinhamento entre as políticas de segurança pública e prisional. Alvo de denúncias por maus-tratos e tortura nos presídios do Rio Grande do Norte, o policial civil Mauro Albuquerque assumiu a recém-criada Secretaria de Administração Prisional (SAP) em janeiro deste ano. A tática do “procedimento”, adotada como medida de emergência pela Força de Intervenção Penitenciária Integrada (FIPI) quando do colapso do sistema prisional, em maio de 2016, tornou-se a norma vigente em todos os presídios cearenses.

A escolha do novo secretário gerou reações no interior do sistema penitenciário no que veio a se tornar a maior onda de ataques da história do Ceará. Segundo a imprensa, entre 2 de janeiro e 4 de fevereiro, foram cometidas 283 ações criminosas (veículos incendiados, explosões, disparos contra prédios públicos, etc.), sendo 134 apenas em Fortaleza. Dos 184 municípios cearenses, 56 registraram algum tipo de ocorrência. Sob a alegação de participação nos atos, 466 pessoas foram presas.

TÃO LOGO FOI IMPLEMENTADA, A NOVA POLÍTICA PRISIONAL FOI DENUNCIADA PELO RELATÓRIO DA MISSÃO DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Tão logo foi implementada, a nova política prisional foi denunciada pelo relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão federal que tem como função a prevenção e o combate à tortura a partir de visitas regulares a pessoas privadas de liberdade.

A comitiva esteve em três presídios cearenses e constatou uma série de irregularidades: o uso de armamento menos letal, como spray de pimenta; a quebra dos dedos dos detentos, que ocorre de forma indiscriminada a partir da mínima sugestão de que este venha a se mover; e a permanente falta de condições mínimas de salubridade, como fornecimento irregular de água potável e superlotação nas celas.

No que diz respeito à política de segurança pública, o governo do estado decidiu adotar uma estratégia de guerra assimétrica no modo como conduz o enfrentamento aos grupos criminosos atuantes no Ceará. A concepção de defesa ou proteção social prevista quando da implementação do programa Ceará Pacífico deu

lugar a ações mais beligerantes e ostensivas. A principal característica dessa orientação política foi a contínua expansão da Companhia de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) nas periferias de Fortaleza e Região Metropolitana, além da chegada da Companhia a cidades do interior. Atualmente, todos os municípios com mais de 50 mil habitantes têm esse grupamento, o que resultou em efeitos sociais para essas populações.

O investimento em mais repressão não evitou que o Ceará assistisse a uma nova onda de ataques em setembro: 115 ocorrências criminais foram contabilizadas no estado em 10 dias. Embora enfraquecido pelo remanejamento de suas lideranças e maior restrição nas unidades prisionais, o “Crime”, nome pelo qual as facções se valem na interlocução com o governo e a sociedade, por meio dos “salves”, deu mostras de que ainda permanece atuante. Vale ressaltar que, embora produzam menor clamor social, ocorrências como desalojamentos e desaparecimentos forçados continuam ocorrendo.

Esse modelo apresentou efeitos principalmente no aumento das mortes causadas por agentes estatais. No ano passado, atingimos o número de 221 mortes decorrentes de intervenção policial. Essa quantidade se torna ainda mais expressiva quando a comparamos com 2013, por exemplo, quando foram registradas 41 mortes em todo aquele ano. De janeiro a setembro deste ano, 108 pessoas foram vítimas durante ações policiais. Em um estado que tem se destacado na queda do total de homicídios, a polícia nunca matou tanto.

Além disso, relatos de tortura, agressões e intimidações por parte dos agentes de segurança vêm sendo registrados de forma frequente. Um exemplo disso é o caso de Antônio Henrique da Silva Rodrigues, 20. Morador da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o jovem está desaparecido desde uma abordagem realizada pelo CPRaio no dia 11 de junho.

A tendência de queda no número de homicídios, iniciada no segundo semestre do ano passado, permaneceu inalterada em 2019. O Ceará foi o estado com o maior percentual de redução das mortes (-52%) nos nove primeiros meses do ano. Uma das explicações da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

EM UM ESTADO QUE TEM
SE DESTACADO NA QUEDA
DO TOTAL DE HOMICÍDIOS, A
POLÍCIA NUNCA MATOU TANTO

para essa queda é a implementação de avançados recursos tecnológicos no combate à criminalidade. Big data, videomonitoramento e sistemas de georreferenciamento passaram a ser conceitos recorrentes no discurso dos gestores da área. Embora o monitoramento remoto das placas de veículo tenha apresentado impacto significativo na redução de roubos de carros e cargas, ainda faltam evidências de que o mesmo aparato tenha contribuído de forma efetiva para a queda dos homicídios e a repressão qualificada ao crime organizado.

No sentido contrário, os casos de feminicídio registraram alta de 13% no ano de 2019 em relação a 2018. Uma das faces desse fenômeno é o assassinato de meninas adolescentes e jovens que começa a ser observado a partir de 2017 com a nova dinâmica do crime principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana. A tortura e, por vezes, a filmagem desses crimes, passaram a ser uma marca das ocorrências. Persistem também os crimes de feminicídio perpetrados por companheiros e ex-companheiros, principalmente com uso de objetos contundentes e armas de fogo. Diversas ocorrências ganharam repercussão midiática, como foi o caso de Stephani Brito, 22, torturada e assassinada no primeiro dia de 2018 pelo ex-namorado. Em face desses crimes, não houve até o momento uma resposta à altura por parte do governo do estado para a questão.



FÓRUM POPULAR REIVINDICA PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA

Um elemento comum aos modelos de segurança pública bem-sucedidos é a concepção de que a sociedade civil pode atuar como parceira no enfrentamento das questões ligadas à criminalidade e à violência. Vivemos hoje uma efervescência de coletivos e movimentos que buscam ampliar a participação popular sobre os rumos dados à política de segurança. Um bom exemplo disso é o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP Ceará). Criado em novembro de 2017, o Fórum se tornou um espaço de debates, monitoramento, denúncias e formulação de proposições no campo das políticas públicas de segurança a partir da articulação entre entidades, movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade e pesquisadoras/es.

Como uma forma de intervir na avaliação e na formulação da política de segurança pública, o FPSP promoveu pré-conferências locais que subsidiaram a realização da Iª Conferência Popular de Segurança Pública do Ceará, no início de novembro deste ano. Além do objetivo de incidir politicamente nesse campo, popularizando o debate que frequentemente é feito apenas pela universidade e agentes do estado, o FPSP alcançou o objetivo de interiorizar as suas atividades, chegando a diversas regiões do estado do Ceará, a saber: Cariri, Sertão Central, Região da Ibiapaba e Maciço do Baturité.

Em outra frente, a exposição “Nomes” já nasce como um marco na luta por justiça no estado. O mote da mostra é o resgate da memória da chacina na comunidade do Curió, em Fortaleza.

Na ocasião, policiais encapuzados assassinaram 11 pessoas, sendo 9 jovens entre 16 e 19 anos, na noite do dia 11 para 12 de novembro de 2015. Além dessa ocorrência, outras histórias de vida das vítimas da violência letal em Fortaleza são narradas, com especial atenção às que passaram pelo sistema socioeducativo do Ceará. A iniciativa é fruto de um esforço conjunto do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca-CE), do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), do FPSP Ceará, da Casa Avoa e de diversos parceiros.

Merecem destaque ainda manifestações populares que se insurgem contra a violência institucional cometida pela polícia no Ceará. Em outubro, familiares, amigos e vizinhos do adolescente Juan Ferreira dos Santos, 14, promoveram um ato clamando por justiça. O jovem foi morto durante uma abordagem policial na noite de 13 de setembro, na Praça do Mirante, no bairro de Vicente Pinzón, em Fortaleza. Na ocasião, a PM atirou contra um grupo de jovens como forma de dispersá-los. Um dos disparos atingiu a cabeça de Juan Ferreira, que morreu no local.

Sob coordenação do FPSP e dos movimentos sociais, em novembro deste ano a Marcha da Periferia chegou à sua 7ª edição, com o tema “Vidas negras importam? Nossos mortos têm voz! A periferia resiste!”. O principal objetivo do evento é defender o direito à vida da juventude nas periferias e denunciar as políticas de extermínio e encarceramento da população pobre, negra e periférica.

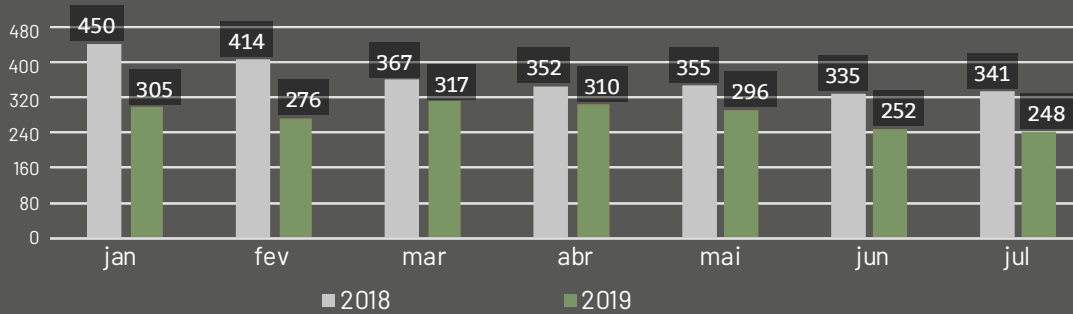
PERNAMBUCO

**Experiência do Pacto
pela Vida ensina
que participação
social é essencial na
segurança pública**

Alana Freitas e Edna Jatobá

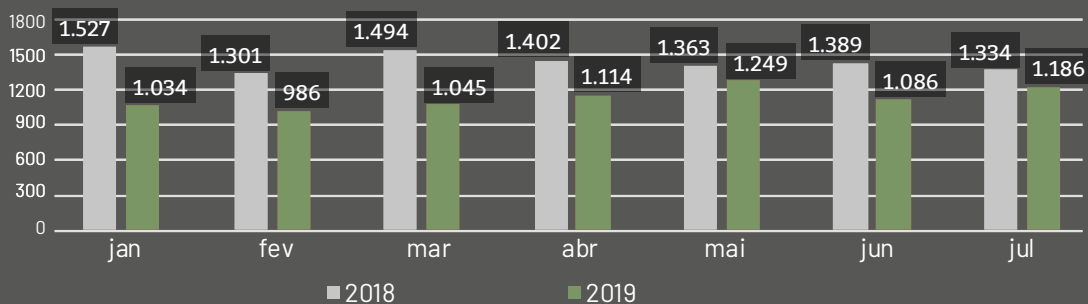
Pesquisadora e coordenadora do Observatório da Segurança – Pernambuco

crimes violentos letais intencionais



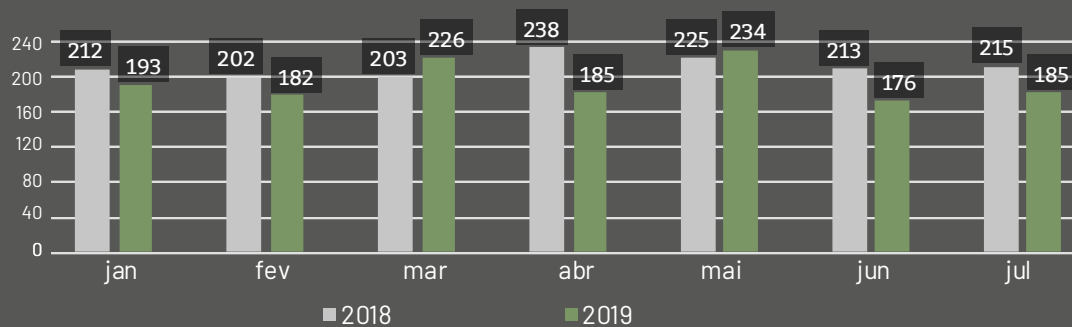
-23,34%

roubo de veículos



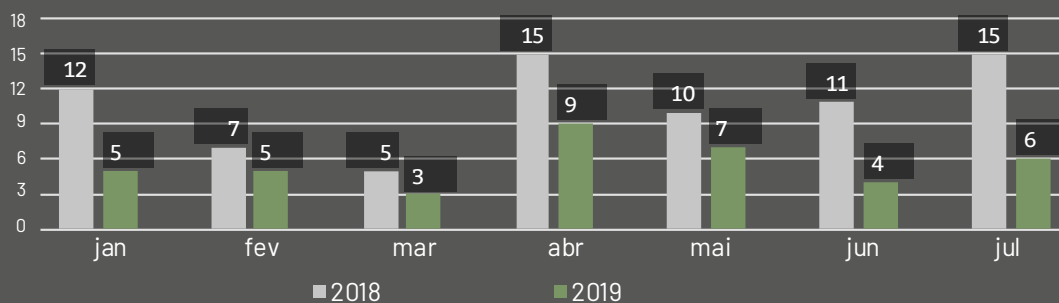
-21,51%

estupros



-8,42%

mortos pela polícia



-48,00%

No início dos anos 2000, Pernambuco dividia com Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro os primeiros lugares no ranking das taxas de violência letal. A imagem negativa que essa primazia trazia para o estado e o sentimento crescente de insegurança na sociedade terminaram por inserir o tema da segurança pública na agenda do Executivo, dando início ao processo de formulação do que veio a ser o Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, mais conhecido como Pacto pela Vida, apresentado oficialmente no mês de maio de 2007. Registre-se que, no ano anterior à criação do Pacto pela Vida, o estado de Pernambuco contabilizou números inéditos no estado: 4.634 mortes violentas, e uma taxa de 52,6 mortos por 100.000 habitantes, a segunda mais alta do país.

OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PREVISTOS NO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NÃO FORAM IMPLEMENTADOS, O QUE EXCLUIU DO PROCESSO DE MONITORAMENTO ATORES IMPORTANTES

Construído com apoio de amplos setores da sociedade civil organizada e da academia, o Pacto pela Vida, quando lançado, se caracterizou pela integração de políticas públicas, a participação social, e o acompanhamento técnico e contínuo dos resultados. Além disso, o plano apontava para a necessidade de priorizar um leque de ações estruturadas no campo da prevenção social do crime. Apesar de tantos avanços,

passados 10 anos da criação do Pacto, o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) em Pernambuco, em 2018, chegou a 5.426 mortes. Então, o Pacto pela Vida não deu certo? Ou a pergunta certa seria: “O Pacto pela Vida foi completamente implementado?”.

Sabemos que a resposta para esta última pergunta é negativa. Os mecanismos de participação social previstos no Plano Estadual de Segurança Pública não foram implementados, o que excluiu do processo de monitoramento atores importantes, que poderiam ter contribuído para corrigir fluxos e rever os rumos do programa.

A redução de CVLIs foi progressiva do ano de 2007 até 2013. A priorização e o estímulo à repressão policial, sem que houvesse o mesmo interesse pelo fortalecimento de uma política robusta de prevenção e o aumento exponencial do encarceramento no estado, incentivado por uma gratificação para os policiais que realizassem

mais prisões e apreendessem mais drogas, podem ter sido fatores que inicialmente produziram uma redução temporária da violência letal, às custas de muita violência nos espaços mais vulneráveis das grandes e médias cidades do estado.

É óbvio que algumas estratégias acertadas também contribuíram para esta redução. Dentre elas, destaca-se o fortalecimento de forças-tarefas para a investigação de homicídios; o esforço inicial do Pacto pela Vida em desbaratar grupos armados organizados, que realizavam chacinas e o que se costuma chamar de mortes no atacado; a presença permanente do governador estadual no acompanhamento das ações; e o envolvimento da Secretaria de Planejamento e Gestão, que apoiou tecnicamente a orientação de processos e a definição de prioridades.

No entanto, esse momento positivo não durou muito. A redução progressiva de CVLIs deu lugar ao aumento alarmante desses crimes, numa velocidade muito superior àquela da queda.

O ano de 2017 foi emblemático, tanto do ponto de vista do descontrole no aumento de Crimes Violentos Letais Intencionais quanto da mobilização da sociedade civil pela formulação e a qualificação de políticas públicas voltadas à diminuição da violência. Ao final do ano de 2017, com o advento das campanhas eleitorais para o Legislativo e o Executivo estaduais, houve novamente a tentativa de baixar os números de CVLIs a partir do recrudescimento da repressão policial, o consequente aumento da violência nos territórios de sempre, o enfrentamento do varejo do tráfico de drogas como desculpa para mais violência e encarceramento, tendo como alvo o povo preto e pobre das comunidades mais vulneráveis do estado.

Os dados sobre a violência letal em 2018 apontam, de fato, para uma redução importante de mortes violentas em Pernambuco, estimada em 23,3%. Contudo, essa redução nos homicídios, observada em todos os outros estados do Nordeste, tem causas complexas, além das iniciativas dos governos estaduais. Entre vários fatores, podemos citar a consolidação dos domínios territoriais

A PRIORIZAÇÃO E O ESTÍMULO À REPRESSÃO POLICIAL, SEM QUE HOUVESSE O MESMO INTERESSE PELO FORTALECIMENTO DE UMA POLÍTICA ROBUSTA DE PREVENÇÃO (...) PODEM TER SIDO FATORES QUE INICIALMENTE PRODUZIRAM UMA REDUÇÃO TEMPORÁRIA DA VIOLÊNCIA LETAL, ÀS CUSTAS DE MUITA VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS MAIS VULNERÁVEIS DAS GRANDES E MÉDIAS CIDADES DO ESTADO

de facções nos estados nordestinos; possíveis acordos de acomodação entre esses grupos; e também táticas, rotas e estratégias do tráfico organizado de drogas. Só se ignorássemos esse contexto poderíamos creditar a queda no número de mortes violentas apenas às desarticuladas e, por vezes, superficiais ações dos governos estaduais.

Em 2019, a redução da violência letal continua em Pernambuco, assim como continuam os desafios para a implementação de ações no campo da prevenção, e a dificuldade de acesso aos dados produzidos pelo estado sobre a conjuntura da violência. Felizmente, temos em Pernambuco uma sociedade civil organizada, que até hoje teima em buscar acesso às informações e a participar da construção das soluções. Se os dados não estão à disposição de maneira ampla e detalhada, o caminho encontrado pela sociedade civil foi a produção autônoma destes, a partir dos meios disponíveis, com as ferramentas e a coragem que temos.

O PASSADO TAMBÉM MOSTRA QUE UM MODELO DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL PAUTADO EM MAIS VIOLÊNCIA NÃO É A SAÍDA ESPERADA PARA UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA, JUSTA E EQUÂNIME

O Gajop mapeia em parceria com a Plataforma Fogo Cruzado a violência armada no Recife e na Região Metropolitana e integra a Rede de Observatórios de Segurança, coletando informações sobre mais de 16 indicadores de violência e sistematizando esses dados para melhor compreender a dinâmica local. Essa iniciativa da Rede de Observatórios foi a inspiração e o empurrãozinho necessário para a produção de um banco de dados detalhado e transparente sobre a ocorrência de Crimes Violentos Letais em Pernambuco, com base nas notícias extraídas dos portais de comunicação locais, em parceria com o Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco.

A experiência tem apontado que cenários de redução da violência, sem estratégia e mecanismos de sustentabilidade a médio e longo prazos, não se mantêm. O passado também mostra que um modelo de redução da violência letal pautado em mais violência não é a saída esperada para uma sociedade mais segura, justa e equânime. Não há política de segurança que funcione bem sem o envolvimento da sociedade. Afinal, segurança é dever do Estado, mas é também responsabilidade de todos.



A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O estado de Pernambuco conta com um Plano Estadual de Segurança Pública intitulado de Pacto pela Vida¹, elaborado no ano de 2007 de forma pioneira, com a participação da academia, setores do Sistema de Justiça Criminal, do governo estadual e da sociedade civil organizada. Nesse processo, a sociedade civil contribuiu fortemente na construção da linha “prevenção social do crime e da violência”. À época, o plano incluía a criação de um Conselho de Defesa Social.

Nesses dez anos de execução do Pacto pela Vida, organizações da sociedade civil vêm travando embates com o governo estadual buscando estabelecer, de forma institucional, essa participação social através da instalação do Conselho e da realização de conferências públicas, espaços de debate sobre as diretrizes das políticas de segurança pública. Outra reivindicação é a existência de fóruns permanentes de discussão que sirvam como um canal de diálogo entre o governo e a sociedade.

A resposta do estado de Pernambuco não tem sido efetiva no sentido de assegurar os espaços de controle social das políticas de segurança pública. Inúmeras têm sido as tentativas da sociedade civil de buscar o diálogo com o Executivo, sem sucesso. Como alternativa, as organizações da sociedade civil têm buscado articulação com o Legislativo, solicitando a realização de audiências públicas, além de pedirem ao Ministério Público que atue em favor da efetivação do Conselho de Defesa Social e da maior transparência nos dados sobre a violência letal em Pernambuco.

Nesse contexto, no ano de 2017, um grupo de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, redes e pesquisadores/as de Pernambuco organizou-se no Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco (FPSP/PE), com a missão de atuar no debate sobre a temática de maneira inovadora e articulada, promovendo o controle social.

Da atuação do FPSP/PE, podem ser destacadas as manifestações públicas sobre o alarmante cenário da violência, mobilizando a mídia e a opinião pública em torno do tema; as diversas tentativas de diálogo com o poder público; a participação em audiências públicas; e a realização da 1ª Conferência Popular de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, em agosto de 2018, que teve a participação de cerca de 2 mil pessoas.

O processo de preparação para a 1ª Conferência Popular de Segurança Pública envolveu a realização de debates em comunidades de periferia e quilombolas, assentamentos, associações de moradores, praças públicas, tribos indígenas, escolas e espaços religiosos em todas as regiões do estado de Pernambuco.

O resultado imediato dessa conferência popular foi a elaboração de um caderno com aproximadamente 150 propostas para a segurança pública. Este

documento foi entregue ao secretário de Defesa Social e ao secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas de Pernambuco.

A experiência de incidência do FPSP/PE inspirou a criação do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSP/NE), já que o fenômeno da violência ocorre de maneira semelhante nos estados desta região, mas de forma distinta do resto do país. Durante o ano de 2019, o FPSP/NE tem reunido organizações da sociedade civil e movimentos populares da região em encontros preparatórios para a realização da 1ª Conferência Popular de Segurança Pública do Nordeste, que se dará em dezembro, em Olinda, Pernambuco.

Monitoramento

A produção de informações também é outra frente de atuação da sociedade civil em Pernambuco. Em agosto de 2019, o FPSP/PE criou o Banco de Dados sobre Violência Letal em Pernambuco, inspirado na experiência realizada pela Rede de Observatórios da Violência.

A iniciativa pretende dar visibilidade aos números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) no estado, divulgando informações sobre as vítimas que não integram os dados oficiais do governo, como gênero, faixa etária, raça e bairro de residência, entre outras. A coleta dos dados é realizada diariamente e tem como fontes os sites e portais on-line dos principais veículos de comunicação local.

Até o ano de 2017, a Secretaria de Defesa Social (SDS) divulgou, além da quantidade de CVLIs, os dados citados. No ano seguinte, a SDS passou a publicar apenas os números, dificultando a identificação, por exemplo, dos territórios com os maiores índices de letalidade, os grupos raciais mais atingidos, se as vítimas já tinham sofrido algum tipo de ameaça etc.

Há três anos o FPSP/PE pede que o governo de Pernambuco seja mais transparente em relação aos dados referentes à violência. Diante da recusa, o Gajop e o Movimento PE de PAZ, formado pelas entidades que compõem o FPSP/PE, decidiram agir para produzir essas informações, que permitirão o debate sobre soluções mais efetivas para reduzir a violência no estado e políticas públicas direcionadas.

A transparência é um requisito essencial na gestão pública, e o seu exercício só contribui para o aprimoramento das políticas – em especial as de segurança, que afetam toda a população. Quando a sociedade conhece os dados e o contexto da violência letal, pode buscar soluções compartilhadas e institucionais para a segurança – um passo fundamental para o sucesso das políticas governamentais.

¹ Linhas da atuação do Pacto pela Vida: repressão qualificada da violência; aperfeiçoamento institucional; informação e gestão do conhecimento; formação e capacitação; prevenção social do crime e da violência; gestão democrática.



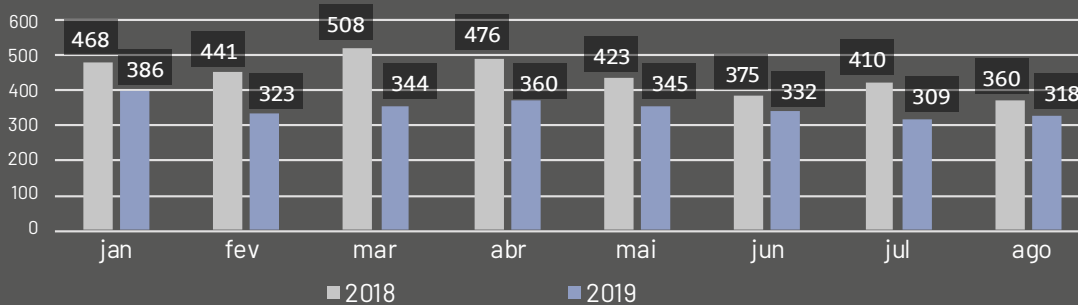
RIO DE JANEIRO

**Muitas operações,
muita violência policial
e pouca inteligência**

**Anabela Paiva, Bruna Sotero,
Marcos Vinicius de Araujo, Pablo Nunes,
Pedro Paulo da Silva, Salvino Oliveira e Silvia Ramos**

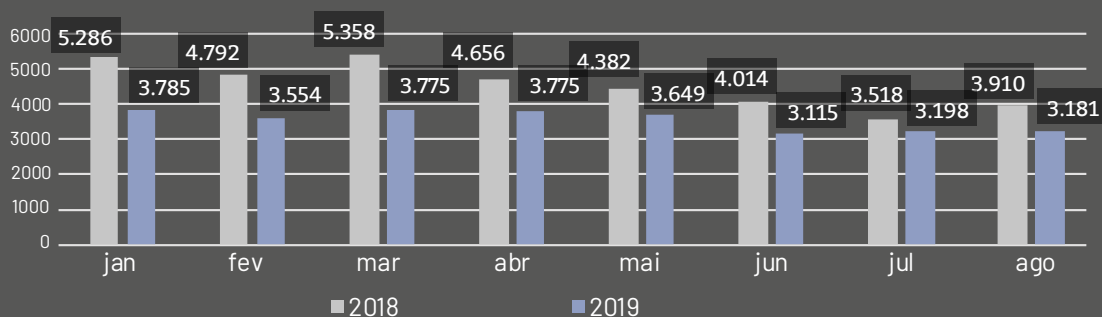
Pesquisadores, consultores e coordenadores do Observatório da Segurança – Rio de Janeiro

homicídios dolosos



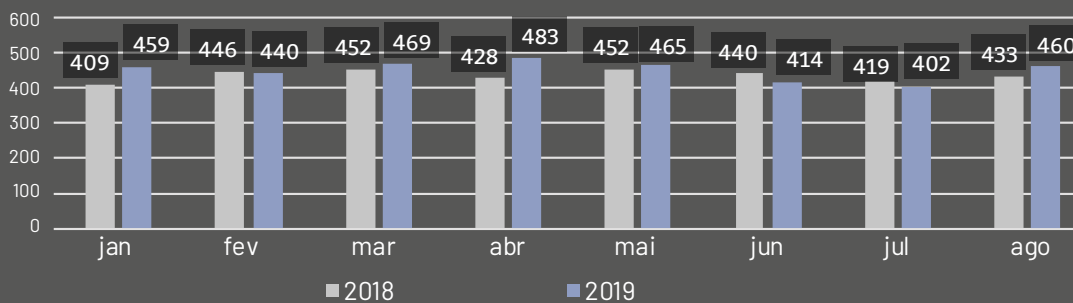
-21,50%

roubo de veículos



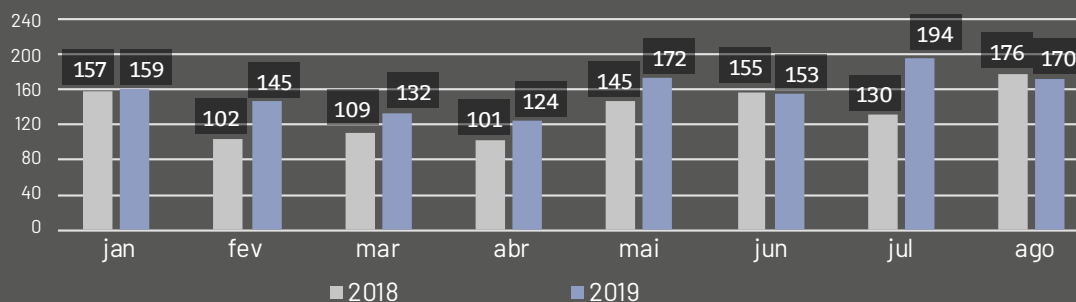
-22,01%

estupros



+3,25%

mortos pela polícia



+16,19%

Há basicamente dois modos de olhar para a segurança pública do Rio de Janeiro em 2019: dizer que nada mudou em relação às políticas anteriores (muita operação, pouca inteligência, muita violência policial), ou considerar que o pior das políticas de segurança experimentadas no passado do Rio se radicalizou. As duas visões são verdadeiras.

Há quem diga que não existem propriamente políticas de segurança no governo atual. Afinal, a Secretaria de Segurança foi extinta e o comando do setor está dividido entre as duas polícias, que não têm programas (caracterizados por análises, estratégias, metas, prevenção, campanhas, inteligência e planejamento), mas apenas *políticas de polícia*, baseadas em operações policiais voltadas à repressão da ponta da cadeia de comercialização do tráfico de drogas, sempre nas favelas e nos bairros pobres da região metropolitana.

ESTAMOS PRESENCIANDO UMA ESCALADA, EM NÚMERO E LETALIDADE, DE OPERAÇÕES POLICIAIS QUE TÊM COMO ALVO OS JOVENS NEGROS DAS FAVELAS

Nunca a concepção de que a segurança pública equivale à guerra às drogas foi tão dominante no Rio de Janeiro como neste momento. Estamos presenciando uma escalada, em número e letalidade, de operações policiais que têm como alvo os jovens negros das favelas. As

ações são combinadas com declarações revoltantes do governador que estimulam nos policiais condutas declaradamente violentas e letais. Os números são a prova. De janeiro a setembro, houve 1.402 mortes decorrentes de ação policial (aumento de 18,5% em comparação com o ano passado). Foram registradas ainda 34 chacinas policiais, ou operações com três ou mais mortos, que resultaram em 123 mortes múltiplas no primeiro semestre de 2019, representando um aumento de 75% comparado com 2013.

O Rio de Janeiro de 2019 é um estado onde as polícias, ao invés de seguirem a orientação “maior eficácia com a menor letalidade”, adotaram um modo de operação que pode ser descrito como “muita letalidade, independentemente da eficácia”. Observamos uma sucessão de operações baseadas na violência extrema, sem qualquer efeito no sentido de alterar o domínio de territórios pelo crime. Em 2019, as polícias foram responsáveis por 40%

das mortes na cidade do Rio e 44% na região de Niterói. **Se nada for mudado, chegaremos brevemente a um cenário em que mais da metade das mortes serão de autoria de policiais.**

Essa situação alarmante é agravada pelo crescimento ostensivo de grupos paramilitares chamados “milicianos”, que disputam territórios com as facções do tráfico. Não temos ainda um mapa consistente que mostre a ampliação de territórios sob o controle das milícias no estado em comparação com o controle que havia no passado. Mas há indícios de que crescem as áreas novas do interior e da região metropolitana sob o comando de grupos paramilitares. Para a população desses locais, as disputas significam um cotidiano conflagrado, no qual os direitos mais básicos, como o de ir e vir, são violados.

As operações policiais são o principal indicador monitorado pelo Observatório da Segurança RJ. As comparações dos dados do ano corrente com o monitoramento realizado no ano passado de março a dezembro, durante a intervenção federal, são impressionantes. Em 2018, o estado assistiu a uma sequência de megaoperações, com efetivos que – segundo informações oficiais – combinavam milhares de soldados do Exército e agentes policiais, além de caminhões e tanques militares. Pois bem, mesmo assim, em 2019 verificamos um aumento de 36,7% das operações e 56% de letalidade.

Assim como em todos os estados do país, os dados oficiais mostram uma redução do número de homicídios no Rio:

o indicador se reduziu em 22% no período de janeiro a agosto de 2018 e 2019. A diminuição desses homicídios se deve a diversos fatores, dos quais os mais relevantes são dinâmicas de disputas entre quadrilhas e acertos entre seus integrantes – pois é o crime organizado aquele que mais produz letalidade, ao disputar o controle de territórios e mercados.

Quando analisamos os dados área por área, a queda do número total de homicídios não se explica pelo aumento das mortes decorrentes de ações policiais, como insistem

SE NADA FOR MUDADO, CHEGAREMOS
BREVEMENTE A UM CENÁRIO EM
QUE MAIS DA METADE DAS MORTES
SERÃO DE AUTORIA DE POLICIAIS

alguns. Um estudo do Ministério Público do Rio de Janeiro (*Letalidade Policial no Rio de Janeiro em 10 pontos*) demonstra que não há como estabelecer a relação entre os dois indicadores. O MPRJ também apontou que a polícia fluminense é a mais letal do Brasil, embora o Rio não esteja entre os dez estados mais violentos do país. Não temos como avaliar, no momento atual, o impacto dos desaparecidos, bem como a descoberta de cemitérios clandestinos em áreas de milícias, no conjunto dos fenômenos de letalidade.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, observamos em 2019 a continuidade de uma tendência que

se delineou em 2018: a redução de crimes que dependem de planejamento (roubos de cargas e roubos de veículos) e a manutenção em patamares altos de crimes de oportunidade (roubos de rua e roubos em coletivos).

O MPRJ TAMBÉM APONTOU QUE A POLÍCIA FLUMINENSE É A MAIS LETAL DO BRASIL, EMBORA O RIO NÃO ESTEJA ENTRE OS DEZ ESTADOS MAIS VIOLENTOS DO PAÍS

Quando olhamos os indicadores da Rede de Observatórios nos cinco meses sob análise, verificamos que o RJ não se destaca

apenas pelo número de operações policiais. O estado também apresenta elevada vitimização de agentes de estado (33 registros) e chacinas (23 das 34 mortes múltiplas registradas pela Rede ocorreram em solo fluminense). Esses eventos demonstram como os fenômenos relacionados ao direito à vida continuam a ser as questões mais fundamentais no campo da segurança no Rio de Janeiro de 2019.



ARTICULAÇÃO PARA PRODUZIR MUDANÇAS

A nova conjuntura do Rio de Janeiro, marcada pela ascendência do ultraconservadorismo, tem apresentado uma série de novos desafios para a sociedade civil organizada, em especial em relação à segurança pública. Se já vínhamos em uma crescente militarização do cotidiano, hoje esse discurso político alcançou o poder, no Rio de Janeiro e também no Brasil.

Esse contexto fortalece a retórica da guerra às drogas, que identifica na favela o território do inimigo. Colocada como justificativa para as violações de direitos humanos, ela representa um desafio para moradores, midiativistas, coletivos de pesquisadores e instituições do terceiro setor. Porém, foram poucas as vezes em que esse conjunto de organizações e indivíduos conseguiu se organizar em torno da construção de um projeto alternativo àquele colocado.

Dispersos nas pequenas lutas cotidianas, nossos esforços só convergem nas grandes tragédias. Reagimos de forma articulada às perdas que, por um ou outro motivo, mobilizam as opiniões e as comunidades, como a morte dos meninos Eduardo de Jesus e Marcos Vinicius, os assassinatos de Marielle Franco e Amarildo Dias, entre milhares de outras vítimas. Mas nossas reações a esses fatos, por mais importantes que sejam, têm se dissipado no tempo.

Em setembro último, a morte de mais uma criança, Ágatha Félix, de 8 anos, durante ação policial na zona norte do Rio, voltou a despertar indignação contra a violência que aterroriza os moradores das periferias do estado. Tal indignação foi capaz de unir diversos movimentos sociais, como poucas vezes se viu.

Desde então, diversos coletivos e instituições têm procurado agir de forma conjunta em passeatas, protestos nas redes sociais e na articulação de reuniões com representantes da administração pública, cobrando deles

um posicionamento sobre o aumento da violência policial no governo Wilson Witzel. O CESeC e o Observatório da Segurança – RJ têm participado ativamente desses movimentos.

Entre as ações, vale registrar o encontro com o procurador-geral de justiça, José Eduardo Gussem, no qual foi cobrado do Ministério Público que assumira seu papel como responsável pelo controle externo da atividade policial no estado; a audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; e o encontro de mães de vítimas da violência de estado com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Em paralelo, o Observatório da Segurança – RJ apoiou a criação da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, uma iniciativa inédita de articulação de pesquisadores do campo no Rio de Janeiro, para compartilhamento de informações e ações conjuntas. Além disso, realizou um debate sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial com o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio), apoiou o Criptofunk, evento produzido no complexo da Maré pelo data_labe, e foi parceiro da Casa Fluminense na produção de um seminário sobre o orçamento público.

Nesses tempos de intensa crise social e política, estas são tentativas de romper nossa velha maneira de pensar e atuar em novas frentes. O campo progressista da segurança pública consegue sempre muita visibilidade; está na hora de transformar a visibilidade em mudança.

Os últimos acontecimentos não podem ser esquecidos. A sociedade civil não pode mais atuar de crise em crise, precisa pensar em construções de longo prazo. Temos a missão de nos organizarmos não apenas para deter os retrocessos deste governo, mas também para modificar e propor políticas públicas, a fim de que as mudanças possam de fato, eventualmente, acontecer.



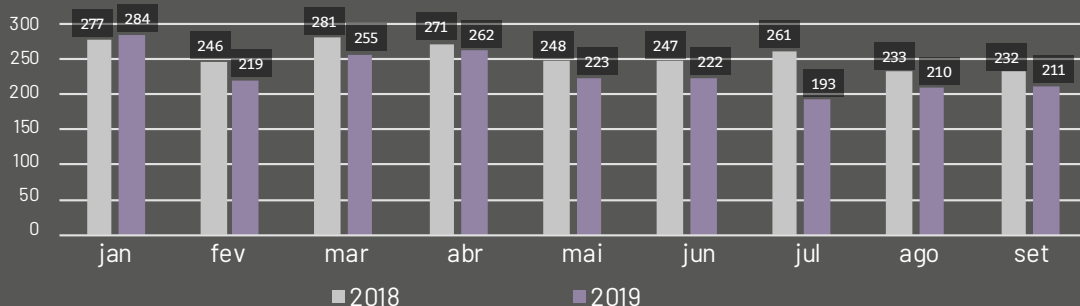
SÃO PAULO

**Crime organizado e
violência sexual e de
gênero precisam de
novas políticas**

Julia Rezende Ribeiro e Bruno Paes Manso

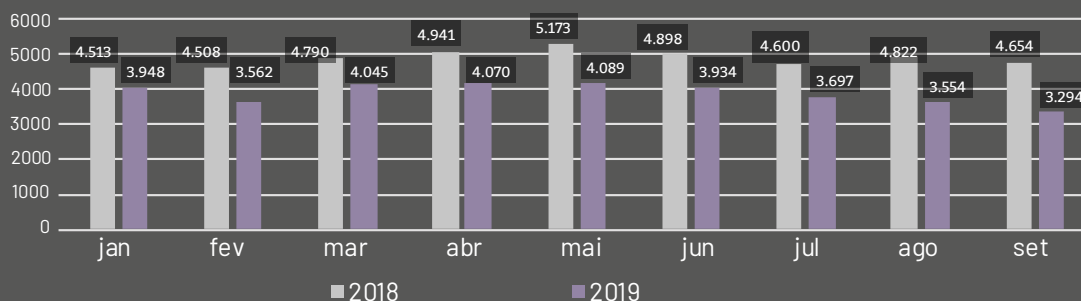
Pesquisadora e coordenador do Observatório da Segurança – São Paulo

homicídios dolosos



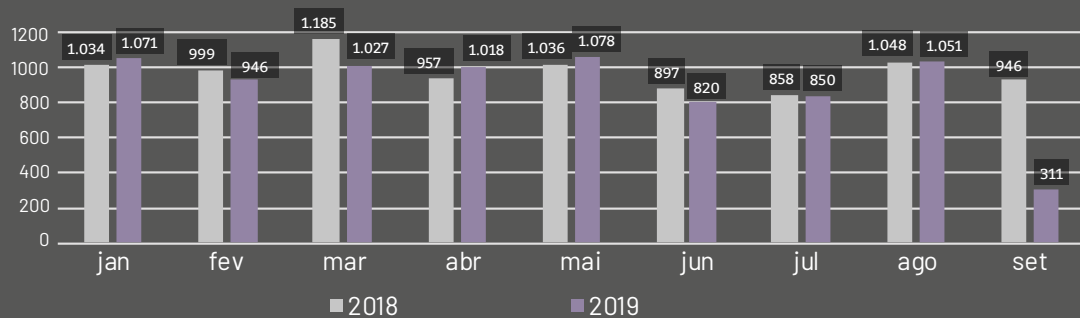
-9,45%

roubo de veículos



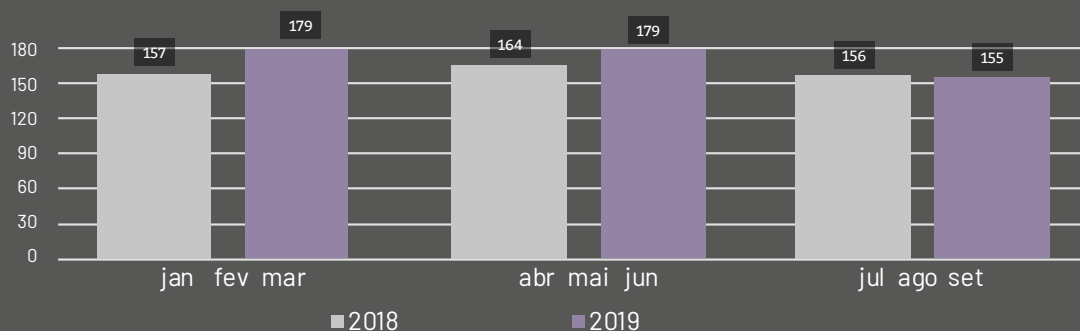
-20,29%

estupros



-8,79%

mortos pela polícia



+7,55%

Os resultados

das políticas públicas de segurança em São Paulo não devem ser analisados apenas a partir dos grandes números apresentados pelo governo. Precisam também refletir as consequências que não aparecem nos gráficos e nas estatísticas, mas que são reais e revelam desafios importantes para as políticas públicas.

Em relação aos números oficiais, São Paulo vem registrando quedas consistentes em diferentes tipos de crime desde o começo da década passada. Esses bons resultados já aparecem no cotidiano paulista. As ruas das cidades estão mais cheias e vivas, com carnaval nos espaços públicos, bicicletas, mais uso de transporte coletivo, entre outros exemplos desta nova fase.

A taxa de homicídios dolosos no estado, que atinge principalmente homens jovens e negros nos bairros mais pobres, passou de 33 ocorrências por 100 mil habitantes em 2001 para 6,4 casos por 100 mil em junho de 2019. Se diminuiu a letalidade dos conflitos masculinos, em contrapartida, a violência doméstica, em que as mulheres são as principais vítimas, cresceu.

A taxa de feminicídios triplicou, passando de 0,2 casos por 100 mil habitantes em 2015 (40 feminicídios) para 0,6 mortes em razão do gênero por 100 mil em 2018 (136 casos). Os dados seguem em elevação este ano. Nos primeiros oito meses de 2019, 120 feminicídios já foram registrados. O número de estupros também cresceu 8% de 2017 para 2018, revelando ambientes domésticos vulneráveis, onde cerca de sete entre cada dez vítimas são crianças de menos de 14 anos.

O NÚMERO DE ESTUPROS TAMBÉM CRESCEU 8% DE 2017 PARA 2018, REVELANDO AMBIENTES DOMÉSTICOS VULNERÁVEIS, ONDE CERCA DE SETE ENTRE CADA DEZ VÍTIMAS SÃO CRIANÇAS DE MENOS DE 14 ANOS

Os crimes contra o patrimônio apresentaram igualmente queda generalizada, apesar da crise econômica que já dura há mais de quatro anos. No primeiro semestre de 2019 houve redução nos casos de roubo a banco (-64%), roubo em geral (-7,6%) e roubo de veículos (-18%). Com menos roubos, o total de latrocínios (roubo que produz morte) também diminuiu. As 86 ocorrências

registradas neste primeiro semestre são as menores da série histórica que começou em 2001.

Mesmo com esses dados animadores, São Paulo ainda enfrenta sérios desafios em relação aos crimes violentos. O novo modelo de negócios criminal e as inovações na forma de organizar e de ganhar dinheiro com atividades ilícitas em São Paulo, articulado pelo Primeiro Comando da Capital, elevaram os ganhos do crime paulista a um novo patamar.

A facção se fortaleceu e passou a mediar os relacionamentos dentro e fora dos presídios principalmente depois dos anos 2000, quando dizimou os rivais nas unidades penitenciárias e passou a contar com telefones celulares para desempenhar, cada vez com mais competência, o papel de agência reguladora do mercado do crime em São Paulo.

As próprias políticas de segurança pública, mesmo que de forma não intencional, favoreceram essa articulação dentro e fora dos muros. A aposta no patrulhamento ostensivo e no aprisionamento em flagrante de jovens pobres, moradores de bairros periféricos, por exemplo, mais do que controlar o crime, ajudou a fortalecer os chefes das facções, que criaram soluções para a vida nos presídios superlotados e descobriram formas de estabelecer relacionamentos com o lado de fora.

O sentimento de revolta contra ações violentas da polícia e contra o ambiente insalubre dos presídios foi trabalhado pelo PCC para arregimentar jovens inexperientes para suas fileiras. Atualmente, a polícia paulista é uma das principais responsáveis pelos números de homicídios. No primeiro semestre de 2019, um em cada três homicídios foi praticado por policiais paulistas na capital. Essa proporção é menor no estado, onde uma em cada cinco mortes é de responsabilidade de policiais.

Outro dado que expõe os excessos desnecessários dessa política de segurança vem das taxas de aprisionamento. Entre 1996 e 2018, a polícia paulista passou a prender anualmente 100 mil pessoas a mais, indo de um total de 75 mil prisões anuais para 175 mil. A região

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019, UM EM CADA TRÊS HOMICÍDIOS FOI PRATICADO POR POLICIAIS PAULISTAS NA CAPITAL

responsável pelo crescimento do aprisionamento foi o interior do estado.

Apesar do esforço da polícia no combate ao tráfico no interior, foi justamente nessa parte do estado que a ocorrência de crimes ligados ao tráfico mais cresceu. Passou de 80 casos por 100 mil para 160 por 100 mil, crescimento bem acima do verificado na capital, cujos casos foram de 40 para 60 ocorrências por 100 mil.

APESAR DO ESFORÇO DA POLÍCIA NO COMBATE AO TRÁFICO NO INTERIOR, FOI JUSTAMENTE NESSA PARTE DO ESTADO QUE A OCORRÊNCIA DE CRIMES LIGADOS AO TRÁFICO MAIS CRESCERAM

O mesmo contraste apareceu na redução de homicídios dolosos. Em 1996, 45% dos homicídios do estado ocorriam na capital, total que em 2018 passou para 23%. Em outras palavras, foi justamente na região onde o ritmo de aprisionamento foi menor que a queda dos homicídios e dos crimes ligados ao tráfico foi mais intensa.

São Paulo vive atualmente o desafio de olhar para trás de forma crítica e escapar dessa armadilha que aposta na multiplicação dos presídios e na guerra ao crime, criando políticas públicas que promovam oportunidades e despertem na juventude sonhos que estejam longe das atividades ilegais e violentas.



UNIÃO DAS PERIFERIAS POR POLÍTICAS QUE PROMOVAM A VIDA

Em 1996, o Jardim Ângela foi apontado em um estudo da ONU como o bairro mais violento do mundo. No ano seguinte, a paróquia Santos Mártires e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo começaram a mobilizar a população local para uma caminhada em defesa da vida no dia de Finados.

Mães e familiares que perderam seus filhos de forma violenta marcharam pelo bairro. No decorrer do ano, criaram o Fórum em Defesa da Vida, no qual discutiram políticas públicas para o território. Nesse processo de luta, o Jardim Ângela conseguiu levar para o bairro um hospital, melhorar as políticas de educação, saúde, assistência social e policiamento comunitário.

Mobilizações e lutas semelhantes ocorrem em periferias, quebradas, morros e favelas de outros estados. A Redes da Maré, no Rio de Janeiro, por exemplo, uma organização da sociedade civil, já ajudou a levar mais de 1.200 alunos para universidades por meio de cursinhos pré-vestibulares.

Em 2017, através de uma ação civil pública, a organização conseguiu uma liminar para que as incursões da polícia em seu território respeitassem os limites da lei, acontecendo durante o dia, não invadindo casas, a não ser com mandados judiciais, entre outras garantias básicas.

Para juntar alguns desses grupos, no último dia 2 de novembro, o Fórum em Defesa da Vida, as Redes da Maré e diversas instituições da sociedade civil

se uniram para promover atos em todo o Brasil em defesa de políticas públicas que promovam a vida. O Observatório da Segurança - SP foi um dos articuladores desta iniciativa, que pretende ajudar na costura de uma rede de coletivos para discutir políticas públicas que deram certo nas periferias brasileiras. A troca de experiências e o compartilhamento dos processos de luta podem fortalecer esses grupos e dar novas ideias de caminhos a serem seguidos.

Entre algumas manifestações, em Salvador o movimento Mães de Maio do Nordeste fez um ato no Cemitério Campo Santo, no bairro da Federação. No Distrito Federal, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia promoveu no dia 7 o debate "Menos Armas, Mais Vida: o que a psicologia tem a ver com isso?". No Espírito Santo, aconteceu o Sarau Palmarino. Em Pernambuco, o coletivo Mães da Saudade fez um debate público sobre violência do Estado e uma exposição de arte em frente ao cemitério Santo Amaro, no Recife. No Acre, meninas declamaram poesias sobre violência em uma etapa do Slam das Minas. Na Maré, no Rio de Janeiro, teve contação de histórias e atividades lúdicas para as crianças; também foi inaugurada a placa de um memorial para lembrar as vítimas da violência. Em São Paulo, no Jardim Ângela, aconteceu a 24ª Caminhada pela Paz e o encerramento do Encontro de Saraus em frente ao estádio do Corinthians.



**A violência de
todos os dias**

Femicídios e outras violências contra mulheres

A palavra **femicídio** entrou no vocabulário do país há poucos anos e vem se tornando objeto da atenção da sociedade e da mídia. A militância de grupos feministas e a atuação corajosa das vítimas conquistaram alterações na legislação, no atendimento em delegacias e o interesse dos meios de comunicação.

No último levantamento nacional realizado pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), ocorrências policiais enquadradas na Lei Maria da Penha (agressões motivadas por violência de gênero) em 2018 somaram 263.067 em todo o país. As mortes de mulheres no mesmo ano totalizaram 4.107 e, entre estas, as classificadas pelas polícias como “femicídios” foram 1.206. **A Lei 13/104 de 2015 considera que é femicídio o homicídio praticado contra vítima mulher por motivações baseadas em violência doméstica e/ou intrafamiliar, ou em caso de menosprezo ou discriminação pela condição de mulher.**

Também houve no país o registro oficial de 66.041 violências sexuais (estupro ou tentativas) em 2018. Muitos estudos estimam que apenas um em cada dez casos de violência sexual é registrado nas polícias.

Estes números dão uma dimensão do mar de violências e ameaças que inunda o cotidiano de mulheres, bem antes que mortes sejam perpetradas. **Os femicídios que circulam como informações em redes e mídias são uma pequena fração de centenas de milhares de situações de violência que atingem mulheres pela condição principal de serem mulheres.**

Por isso, a Rede de Observatórios decidiu classificar as complexas histórias de violências contra mulheres, que muitas vezes envolvem mais de um tipo de ataque, em sete categorias básicas: femicídio, tentativa de femicídio, outros homicídios, agressão física, tortura, agressão verbal, violência sexual e estupro.

A definição da morte de uma mulher como femicídio é uma decisão complexa e ainda não inteiramente consensual. O quadro clássico é um assassinato cujo autor é um companheiro ou ex-companheiro da vítima, inconformado com o rompimento da relação amorosa (no passado, esses casos eram conhecidos como “crimes passionais”). Também é típica a vingança de maridos por discordâncias no casamento.

Mas há outros casos, alheios às relações amorosas, em que o fato de a vítima ser mulher pode ter influenciado o crime: por exemplo, adolescentes mortas ou ameaçadas por manterem relacionamentos com membros de uma facção

A DEFINIÇÃO DA MORTE DE UMA MULHER COMO FEMICÍDIO É UMA DECISÃO COMPLEXA E AINDA NÃO INTEIRAMENTE CONSENSUAL

rival, como tem sido observado no Ceará. Ou vingança, como quando quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas matam a esposa de um devedor para mandar-lhe um recado. A lei que classifica feminicídios é de 2015, portanto, relativamente recente, e algumas polícias ainda relutam em usar a classificação, mesmo quando os indícios são fortes. Isto, possivelmente, explica o fato de que apenas 29% de todos os homicídios contra mulheres em 2018 tenham sido classificados como feminicídios; essa proporção é muito menor em alguns estados.

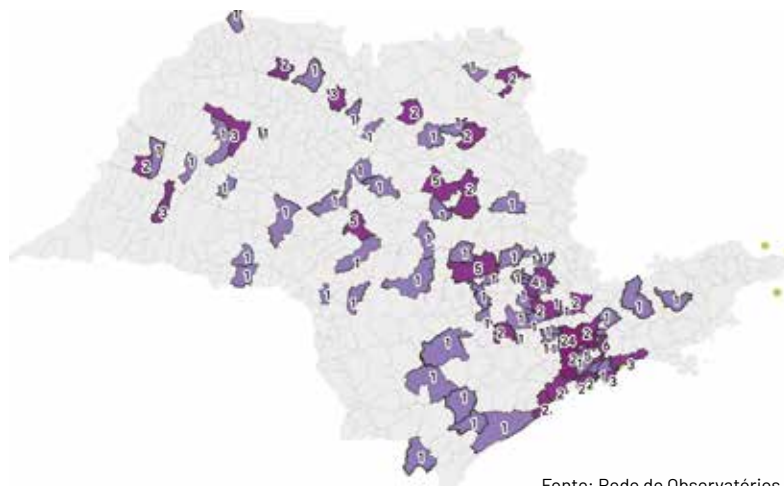
Em nosso monitoramento em cinco estados, de junho a outubro, entre os 518 casos de violência contra mulheres que analisamos, 39% foram classificados como feminicídios; 42% como tentativas de feminicídios ou agressões físicas e 15% como agressões sexuais (incluindo estupros).

O que podemos dizer sobre os feminicídios que registramos?

Apenas cinco meses de acompanhamento dos fenômenos ligados à violência de gênero são insuficientes para distinguir tendências precisas sobre as dinâmicas predominantes. Contudo, já é possível identificar alguns aspectos.

É fácil perceber que as organizações de mídia têm grande interesse em noticiar casos, mas não em acompanhá-los. O que aconteceu à mulher e à filha agredidas pelo marido a marretadas por causa de uma postagem na internet? O agressor continua preso? Quem acolheu as vítimas? Como a polícia está tratando o caso? O caso de hoje é rapidamente substituído amanhã por “mais uma notícia de violência doméstica”. Há grande interesse, mas também há descartabilidade nas informações. Em 2018, o projeto “Uma por uma”, do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, mostrou que é possível dar grande destaque a violências contra mulheres sem banalizar as mortes. Os jornalistas mapearam todas as vítimas de feminicídio, identificando o local e as motivações do crime, acompanhando a investigação e cobrando a punição dos culpados.

FEMINICÍDIO EM SÃO PAULO (JUN A OUT 2019)

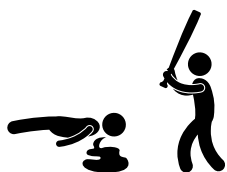


Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Nossa impressão até aqui é de que a multiplicação de notícias sobre feminicídios e violências de gênero, incluindo numerosos registros no interior dos estados (especialmente em SP, onde 90% dos feminicídios monitorados ocorreram fora da capital), é marcante no monitoramento, mas está longe de representar a real incidência do fenômeno nesses estados, que é muitíssimo maior. Como país, podemos dizer que apenas começamos a falar sobre o assunto.

Por fim, é possível identificar um número não desprezível de relatos de violências contra mulheres orientadas por facções do crime, com o objetivo de controlar jovens e adolescentes do sexo feminino ou punir membros das gangues ou devedores por meio de agressões às suas mulheres. Se os casos monitorados expressarem uma tendência nova de combinação de violência de grupos armados com violência de gênero, estaremos observando um cenário muito preocupante.

Racismo, Violência LGBTI+ e Intolerância Religiosa



13 casos

Homofobia -
violência letal



22 casos

Homofobia - Agressões
físicas e verbais e
violência sexual



14 casos

Racismo
e injúria
racial



7 casos

Intolerância
religiosa

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

A BAIXA CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DE FENÔMENOS DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO É IMPACTANTE. O RACISMO PRESENTE NAS RELAÇÕES EM TODAS AS ESFERAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA É QUASE SEMPRE OCULTADO

Um dos fenômenos mais impressionantes ao procurarmos entender a violência criminal no Brasil é o contraste inexplicável entre a reprodução incessante do racismo, reiterada ano a ano em sua face mais extrema, a violência letal e, por outro lado, a baixíssima notificação, em delegacias de polícia, de casos de racismo e injúria racial.

Há décadas presenciamos um verdadeiro genocídio de jovens negros: a taxa de homicídios do país é uma das mais altas do mundo, de 28 por 100.000 habitantes; a taxa de homicídios de jovens negros do sexo masculino na faixa de 19 a 24 anos é de mais de 200 por 100.000 habitantes. As mortes pela polícia são ainda mais concentradas entre negros do que os homicídios¹.

Em alguns lugares do Brasil, como no Rio de Janeiro, a polícia atua nas favelas e em áreas de periferia como se estivesse em um país habitado por inimigos, onde não houvesse direitos a respeitar. As forças de segurança não só entram atirando para matar, como usam blindados e helicópteros como plataformas de tiros, aterrorizando toda a população da região. Nesses lugares, grupos armados, ligados à venda de drogas, e paramilitares, que exploram a população “vendendo segurança”, há décadas disputam territórios na base dos fuzis, sem que políticas de segurança tenham conseguido desarticulá-los. O nome disso é racismo, porque tais dinâmicas se perpetuam apenas nas áreas onde há predomínio de populações pobres e negras. Nada parecido ocorre nos bairros abastados, predominantemente brancos.

Por outro lado, *a escassez de registros de ocorrência e a baixa circulação de informações acerca de fenômenos de discriminação e preconceito é impactante. É como se fosse um discurso recalcado: o racismo presente nas relações em todas as esferas da sociedade brasileira é quase sempre ocultado.*

Em cinco meses, monitoramos apenas 14 casos de racismo e injúria racial. Em dois deles, estudantes universitários negros fizeram boletins de ocorrência por agressões de vigilantes (na Rodoviária de Salvador² e na Universidade Federal do Ceará³). Dá para imaginar quantas centenas ou milhares de casos semelhantes a estes ocorreram nos cinco estados que formam a Rede de Observatórios sem que a violência fosse denunciada à polícia e chegasse à mídia? Olhando os dados levantados pelo Fórum Brasileiro a partir de BOs feitos à polícia durante o ano de 2018, verificamos que na Bahia, no Ceará e em Pernambuco não houve

¹ Segundo o 13º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), negros são 75,4% dos mortos pela polícia

² “Estudante negro é agredido por seguranças em rodoviária de Salvador”. *Folha de S. Paulo*, 18/07/2019. <https://bit.ly/2QbHO8t>

³ “Estudante relata caso de racismo e abordagem violenta de seguranças da UFC”. *O Povo*, 19/06/2019. <https://bit.ly/2NJ3xCO>

registros de casos de racismo e injúria. No Rio de Janeiro foram registrados 1.073; em SP, 743.

Os casos sem lesão corporal são ainda mais escassos. Em SP, uma mãe deu queixa à polícia depois que seu filho negro foi impedido de ficar em um shopping⁴. É possível imaginar a quantidade de situações de racismo vividas por crianças e adolescentes negros e negras em shoppings pelo país sem registro de ocorrência criminal.

Uma exceção no período foi a grande repercussão da agressão com chicote de um adolescente negro por seguranças de um supermercado em São Paulo⁵.

Nessa ocasião, o próprio delegado titular do distrito policial tomou a iniciativa de divulgar a ocorrência para a mídia por ter ficado revoltado não só com as imagens, que lembravam cenas de tortura de escravos, mas também com o que ele identificou como uma dinâmica de vigilantismo naquela área: seguranças de estabelecimentos comerciais gravavam e divulgavam “punições exemplares” para pequenos furtos.

Não recebeu tanta atenção da mídia, mas nem por isso foi menos revoltante, o caso do estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), Luiz Fernando de Lima Teixeira, de 19 anos, que foi agredido fisicamente⁶, insultado e ameaçado por um dos seguranças da universidade. Seu relato em uma rede social atesta que ele foi perseguido pelo campus, recebeu um golpe conhecido como “chave de braço” e, em seguida, conduzido a uma sala, onde foi ameaçado com uma arma de choque elétrico (*taser*). Apesar da gravidade do fato e das quase mil pessoas que compartilharam o relato de Luiz Fernando no Facebook, o caso não recebeu a atenção devida da mídia.

O monitoramento inicial da Rede de Observatórios, mesmo diante da escassez de registros de racismo e injúria, permite identificar a presença de eventos associando violência racial e vigilância privada. Este é um tema que, em geral, tem sido obscurecido pelo foco quase exclusivo que pesquisadores dirigem ao racismo associado à polícia, e exige estudos específicos.

Em todas as ocorrências monitoradas houve o uso de palavras evitadas na grande mídia brasileira: jovem negro, criança negra, racismo, discriminação. Sobre esse estranho silêncio, em pesquisa realizada pelo CESeC sobre mídia e violência em 2016, verificamos a aversão ao uso destas expressões, a não ser em notícias internacionais, como as associadas ao movimento Black Lives Matter⁷.

⁴ “Mãe dá queixa na polícia de racismo em shopping de SP”. *Agora São Paulo*, 26/09/2019. <https://bit.ly/2XbzgJ9>

⁵ “Adolescente é chicoteado por seguranças de mercado em SP”. *Agora São Paulo*, 04/09/2019. <https://bit.ly/2NNnFE9>

⁶ “Estudante relata caso de racismo e abordagem violenta de seguranças da UFC”. *O Povo*, 19/06/2019. <https://bit.ly/36ZQW5W>

⁷ *Mídia e violência - Dez anos depois*. <https://bit.ly/2OfhXKi>

Homofobia e a importância da comunicação

Dos 33 casos de violência contra pessoas LGBTI+⁸ monitorados, 13 referem-se à homofobia letal e 22, a agressões, violência sexual e agressões verbais (um caso pode envolver mais de uma ocorrência). São Paulo (12) e Ceará (10) destacam-se no número de ocorrências.

Quando olhamos os registros policiais de 2018 levantados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, verificamos que houve em todo o país 109 homicídios e 713 lesões dolosas de indivíduos LGBTI+. Na Bahia foram registrados 32 homicídios; em Pernambuco, 17; no Rio de Janeiro, 5; e em São Paulo, 17. No Ceará, nenhum registro.

Os números são incrivelmente baixos e não expressam a incidência da violência homofóbica que caracteriza o Brasil. Como explica Thiago Amparo em seu texto “Desvendando o mapa da invisibilidade da violência contra LGBTI+”,⁹ uma das marcas dos crimes de ódio ligados às diversidades de orientação sexual e gênero no Brasil é a invisibilidade, favorecida pela ausência de delegacias especializadas no atendimento a essas agressões. Há apenas seis delegacias com este perfil em todo o Brasil: uma na Paraíba, uma no Rio de Janeiro e quatro em Sergipe.

O MONITORAMENTO CONFIRMA QUE, DENTRO DA POPULAÇÃO LGBTI+, O SEGMENTO MAIS VITIMIZADO É O DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A verdade é que lésbicas, gays e transexuais não consideram delegacias distritais lugares seguros para procurar ajuda depois de experiências de homofobia. Como se sabe, em alguns casos, a ida a um distrito policial pode representar uma segunda experiência de hostilidade, quando a vítima poderá ser recebida com ironias, indiferença ou até insinuações de ser culpada pela agressão.

Monitoramos um caso em que um casal de jovens se dirigiu à DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância) depois de ter sido ameaçado e agredido por um motorista de aplicativo (em 25/07/2019), no Rio. Nessa história, percebe-se uma atitude própria de ativistas: as vítimas deram queixa para afastar o motorista do aplicativo e para que a empresa fosse obrigada a dar declarações. Efetivamente, a Uber foi obrigada a responder aos questionamentos da imprensa, garantindo que a empresa “considera inaceitável qualquer forma de violência e de discriminação em viagens pelo aplicativo.” A corporação também informou que o “motorista citado foi desativado do app”.

A despeito do número mínimo de casos, o monitoramento confirma que, dentro da população LGBTI+, o segmento mais vitimizado é o de travestis e

⁸ A sigla, adotada oficialmente pelas organizações de direitos, refere-se a Lésbicas, Gays, Travestis, Mulheres Transsexuais, Homens Transsexuais e Pessoas Intersexuais. O símbolo de + dá a possibilidade de inclusão de outras expressões.

⁹ 13º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, (ano, p. 90).

transexuais (13 casos). Mesmo pessoas que gozam de notoriedade podem ser agredidas, como ocorreu com a Miss Bahia Gay 2019, numa festa em julho, em Feira de Santana¹⁰. Outra característica típica das violências contra LGBTI+ é o uso de crueldade, como ocorreu no caso de Vlady Carvalho, de 41 anos: seu corpo foi encontrado na praia de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife, com marcas de tortura.

As experiências de monitoramento independente realizadas por grupos de ativismo, como o Grupo Gay da Bahia, que divulga casos de homofobia há mais de duas décadas, contribuem para a compreensão das dinâmicas de homofobia predominantes em cada estado e nos estimulam a continuar a busca nas redes de informação, redes sociais e mídia sobre violência contra pessoas LGBTI+. O aumento da visibilidade dos casos de violência sobre essa população é a chave para reduzir a impunidade dos agressores e, assim, proteger os direitos desses cidadãos.

Intolerância religiosa e desterro – ameaças e expulsão de territórios

Entre junho e outubro monitoramos sete casos de violência por intolerância religiosa; um dos casos combinou violências de motivação religiosa e contra pessoas LGBTI+ .

Mais uma vez, o número de eventos registrados é pequeno, mas expressa um fenômeno intenso e aparentemente crescente, vivido especialmente por seguidores de religiões de matriz africana (dos sete casos registrados, três ocorreram contra seguidores destas denominações religiosas).

A despeito da repercussão de ocorrências de ameaças a terreiros de Candomblé na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, por grupos de traficantes evangélicos¹¹, as denúncias de casos concretos, mesmo neste estado, são raras (houve apenas dois casos no RJ). No Ceará, a Rede monitorou alguns casos de depredação de igrejas e templos evangélicos, com agressões a fiéis, quebra de imagens ou de vidraças e cadeiras. Na Bahia, o caso da agressão verbal da mãe de santo Rosilene Souza por evangélicos ficou conhecido: Rosilene foi acusada de ser “a sapatão que fica levando essas negrinhas para esse ponto de Satanás”.

Embora ainda raras, ao menos nos meios de comunicação, as ameaças contra lideranças de religiões de matriz africana evocam a repressão violenta à cultura negra que se seguiu ao fim da escravidão, no fim do século 19 e primeiras décadas do século 20, e exigem políticas específicas para garantir a liberdade de crença no Brasil.

¹⁰ “Miss Bahia Gay é agredida durante festa em Feira de Santana”. *BNews*, 11/07/2019. <https://bit.ly/2qSGi0s>

¹¹ O caso foi assunto de extensa reportagem de Rafael Soares na revista *Época* de 11/10/2019.

Policimento, corrupção policial, excessos, vitimização de agentes

A grande surpresa dos cinco meses de monitoramento da Rede de Observatórios foi a alta proporção de fatos relacionados às forças policiais (ações policiais; abusos e excesso de agentes; vitimização de agentes; corrupção policial) sobre todos os 4.764 fatos monitorados (61%).

Analisando o conjunto de relatos que coletamos em cinco meses, verificamos o protagonismo das ações policiais (operações e patrulhamentos), que representam 56% do conjunto das informações e 92% das informações sobre polícia. Essa presença é particularmente forte nos dados do Rio de Janeiro, que foi cenário de 1.427 ações policiais monitoradas.

AÇÕES POLICIAIS (JUN A OUT 2019)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
Operação policial	78	149	42	659	456	1.384
Patrulhamento	177	88	23	768	218	1.274
Total geral	255	237	65	1.427	674	2.658

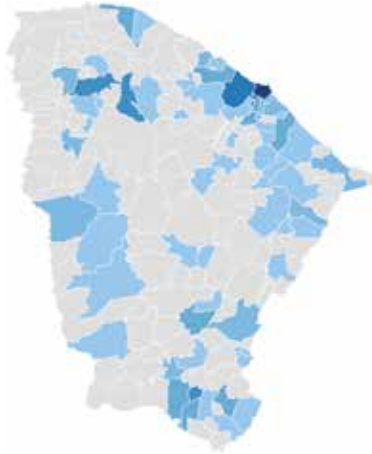
Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Estudos anteriores sobre fenômenos de mídia indicavam essa tendência. A pesquisa *Mídia e violência: O que mudou em uma década?* (2017) mostrou que o tema “forças de segurança” era o assunto principal de mais de um terço (34%) das notícias de grandes veículos, entre tópicos que incluíam sistema judiciário, drogas, trânsito, sociedade civil e estudos e estatísticas. É importante lembrar que no presente monitoramento não estamos acompanhando notícias publicadas na imprensa, mas informações sobre violência e segurança que circulam em redes de informação, redes sociais, portais de notícias e também em jornais.

Podemos identificar duas hipóteses para justificar a predominância de informações sobre os agentes oficiais de segurança: 1. provavelmente, a multiplicação de fontes de notícias nos últimos anos, por meio de aplicativos, como WhatsApp e Telegram, bem como de páginas de Facebook e Twitter, resultou em uma presença ainda maior de policiais e instituições policiais no campo de informações sobre violência e segurança; é notável a presença de tais atores nessas redes; 2. o contexto político em que vivemos, em 2019, com a ascensão de discursos e políticas de endurecimento penal e centralidade de ações policiais diante da violência, possivelmente influencia e aumenta a presença das operações no conjunto dos assuntos. De fato, quando comparamos os dados atuais do Rio de Janeiro com o monitoramento de operações realizado de março

NÚMERO DE AÇÕES POLICIAIS – JUN A OUT 2019

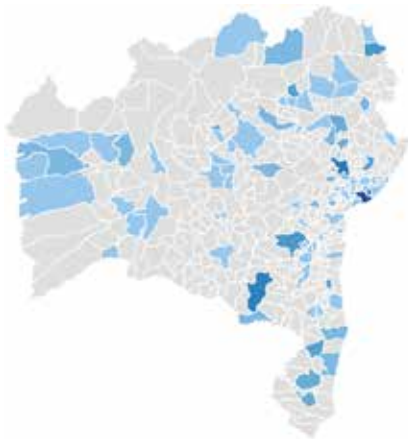
CEARÁ



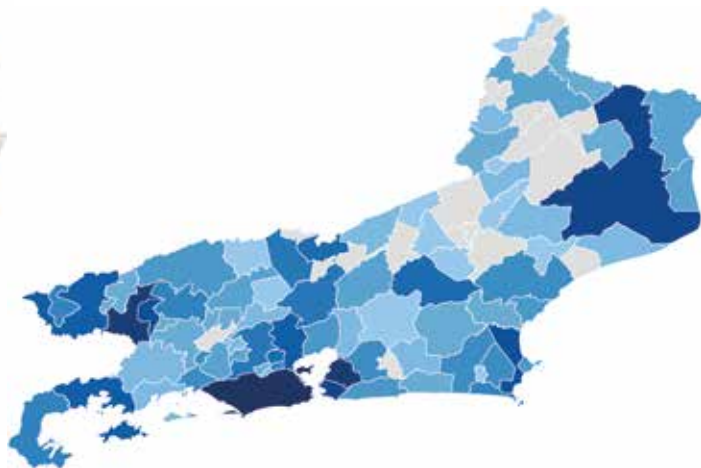
PERNAMBUCO



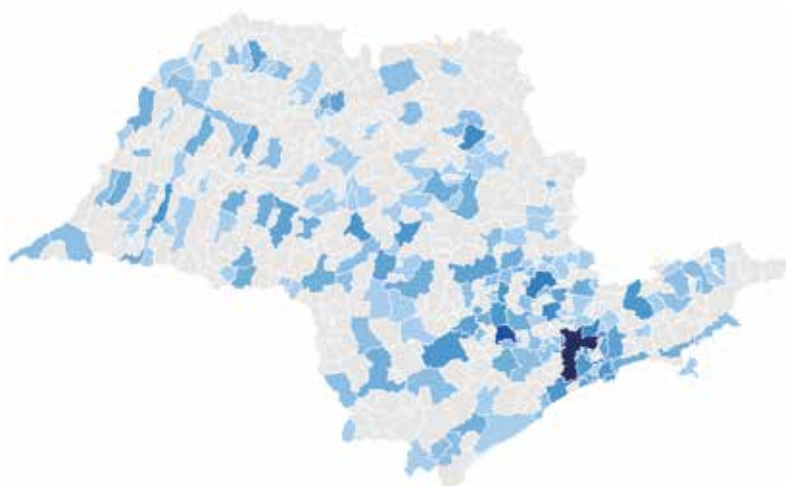
BAHIA



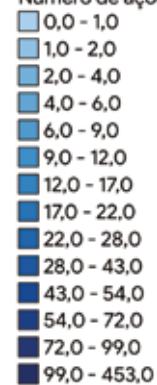
RIO DE JANEIRO



SÃO PAULO



Número de ações policiais



a dezembro de 2018 pelo Observatório da Intervenção, constatamos aumento de 36,7% das operações e 56% de letalidade.

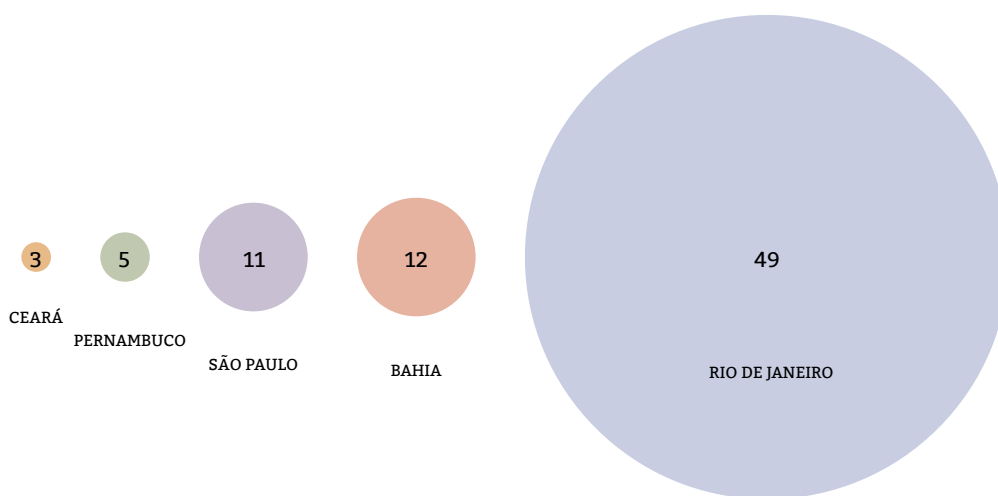
Realmente, no campo de informações e representações sobre violência e segurança, as polícias sempre foram protagonistas principais. O próprio noticiário sobre violência, segurança e criminalidade por muito tempo foi chamado de página de polícia. Só teremos um parâmetro comparativo sobre o conjunto deste campo, no futuro, com a manutenção do monitoramento nos próximos anos, seguindo a mesma metodologia. De toda forma, é notável a presença do “fenômeno polícia” nas informações coletadas até aqui pela Rede.

Para entendermos melhor as ações policiais, elas foram divididas em operações (grupos de policiais destacados para cumprir um objetivo específico) e em patrulhamentos (ações cotidianas de ronda ou “baseamento”). Em cada ação monitorada, colhemos 28 tipos de informação (efetivos utilizados, impactos provocados, prisões e apreensões, violências verificadas).

Em cinco meses monitoramos, 1.384 operações e 1.274 patrulhamentos. Em 59% dos casos, a força envolvida era a Polícia Militar e em 33% a Polícia Civil. A Polícia Federal esteve envolvida em 5% e a Polícia Rodoviária Federal esteve envolvida em 6% dos eventos. Houve 237 ações policiais com registro de pelo menos uma morte. Ao todo foram 291 mortes e 97 feridos. Houve impactos (escolas ou hospitais fechados, iluminação pública, ruas, avenidas e estradas afetadas) em 69 ocorrências.

Em 28% das ações policiais monitoradas houve mortos e feridos. Mas esse valor varia significativamente entre os estados. O Rio de Janeiro se destaca não só pelo número de operações policiais, mas pela sua letalidade: 49% das ações monitoradas teve vítimas. São Paulo e Bahia registraram percentuais muito inferiores: 11% e 12%, respectivamente. Pernambuco e Ceará somaram 5% e 3% das operações com vítimas.

PROPORÇÕES DE AÇÕES POLICIAIS COM REGISTRO DE PELO MENOS UMA VÍTIMA (JUN A OUT 2019 - EM %)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Vitimização de agentes de estado

O monitoramento de policiais e outros agentes feridos e mortos, um a um, tem importância crucial, porque a maioria das secretarias de segurança não divulga – e em alguns casos nem acompanha – todas as ocorrências de policiais vitimados em serviço e fora de serviço. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2019) reuniu apenas 343 registros de mortes de policiais civis e militares (em confronto ou fora de serviço) em todo o país. Diversos estados não enviaram os dados.

O número final coletado pelos Observatórios da Rede é bastante expressivo, 63. Além das informações sobre o tipo de vitimização (agressão física/ferimento não letal, tortura, homicídio, suicídio ou outro), classificamos as dinâmicas que levaram às violências contra agentes: se o policial estava em serviço (neste caso, houve confronto e a agressão foi a um policial fardado e representando o Estado); se a ocorrência se deu fora de serviço, com características de roubo (latrocínio); se indica briga, vingança ou execução; ou se não foi possível identificar. Além disso, registramos o tipo de força e o nome do agente.

Veja ao lado o quadro completo das informações coletadas.

Violências, abusos e excessos por parte de agentes do Estado

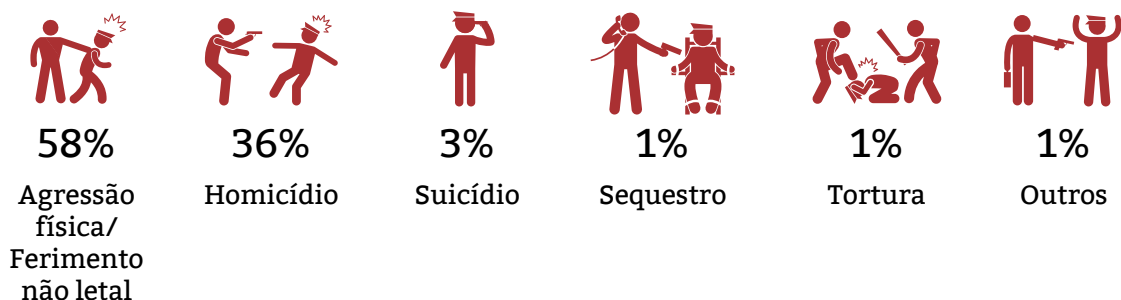
É incomum haver registros espontâneos de violência policial. A maioria das violências e dos abusos ocorre durante as operações, como o assassinato do menino Juan Santos, de 14 anos, em Fortaleza, em 14/09/2019, ao receber um tiro de um policial militar em uma abordagem a um grupo de jovens na rua. No Rio de Janeiro, em 2018, inúmeras denúncias de abusos em operações foram recolhidas pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no projeto Circuito Favelas por Direitos¹².

Às vezes, os registros são de agressões ou mortes provocadas por agentes fora de serviço. Ou, ainda, são flagrados em bares ou ruas, bêbados e atirando. Um caso excepcional foi a denúncia de que policiais entraram sem autorização num sindicato durante uma reunião do PSOL, em SP (03/08/2019).

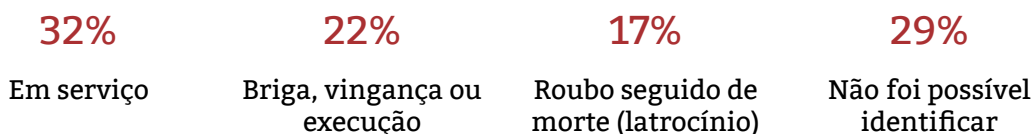
Classificamos as informações sobre violências e abusos da seguinte forma: execuções; agressão física; tortura; agressão verbal; coação, intimidação, ameaça; violação de propriedade; roubo/furto; violência sexual e estupro.

¹² Ver relatório *Circuito de Favelas por Direitos*, 2018. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. <https://bit.ly/2Qh2Wu2>

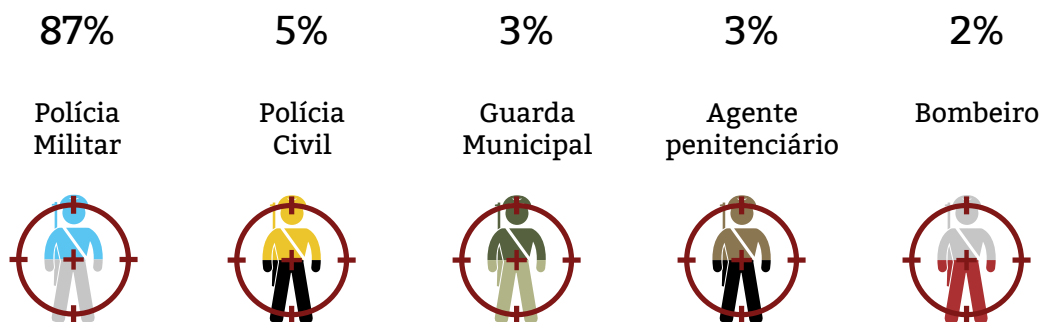
VITIMIZAÇÃO DE AGENTES DO ESTADO (JUN A OUT 2019)



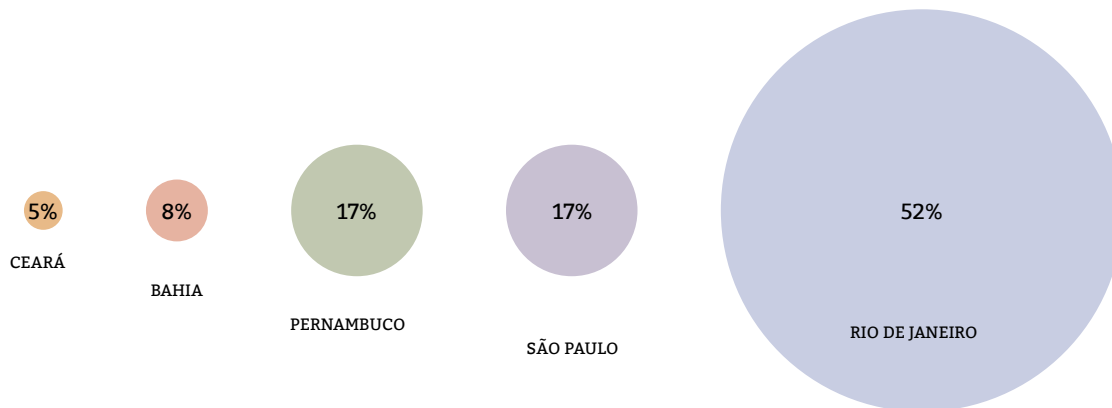
DINÂMICAS (MORTES)



FORÇAS (MORTES)



LOCAL (MORTES)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Chamam a atenção as ocorrências de agressão física (23 casos) e execuções (14 casos), um total de 63 casos.

Muito frequentemente, informações sobre abusos e violências de agentes da Lei terminam assim: “a assessoria da Polícia Militar confirmou o fato e indicou que a Corregedoria vai apurar a conduta dos policiais envolvidos”. O medo de denunciar policiais dentro de uma delegacia para outros policiais e a raridade das punições a agentes por atos de violência ou ilegalidade certamente ajudam a manter esses registros tão baixos.

Corrupção policial

Se as ações policiais surpreendem pelo seu volume, a quantidade de informações sobre corrupção policial chama a atenção pela escassez. Ao todo, a Rede de Observatórios registrou apenas 17 casos, o que desafia a percepção, muito comum entre brasileiros, de que policiais e agentes da lei se envolvem diariamente em desvios e ilegalidades. Quando captamos essas informações, nós as classificamos em: extorsão/arrego; desvio de armamento; desvio de recursos; vazamento de informações e outros.

São raríssimos os relatos de punição dos acusados. Em 29/08/2019, no Ceará, foi noticiado que “Delegado, inspetores e agentes penitenciários são demitidos por extorsão, furto e assédio sexual”¹³. O crime é antigo: a investigação teve início em 2010, mas só foi encerrada nove anos depois, com a demissão do policial e dos agentes.

É comum que, quando um fato de corrupção declarada (roubos, prisão em flagrante em ação com quadrilhas) chega aos jornais e às redes, a fonte tenha sido a própria polícia. Isto demonstra que informações sobre corrupção policial quase sempre vêm à tona quando a divulgação atende a interesses dentro da própria corporação.

Crianças e adolescentes

Em 1990, o Brasil deu um passo civilizatório decisivo ao adotar um Estatuto da Crianças e do Adolescente. O ECA reúne normas do ordenamento jurídico voltadas para a proteção da criança e do adolescente, sendo um marco legal e regulatório dos direitos humanos. Desde então, crianças (0 a 11) e adolescentes (12 a 18) passaram a ser tratados e considerados detentores de direitos especiais

¹³ *Diário do Nordeste*, 29/08/2019. <https://bit.ly/2CEGenp>

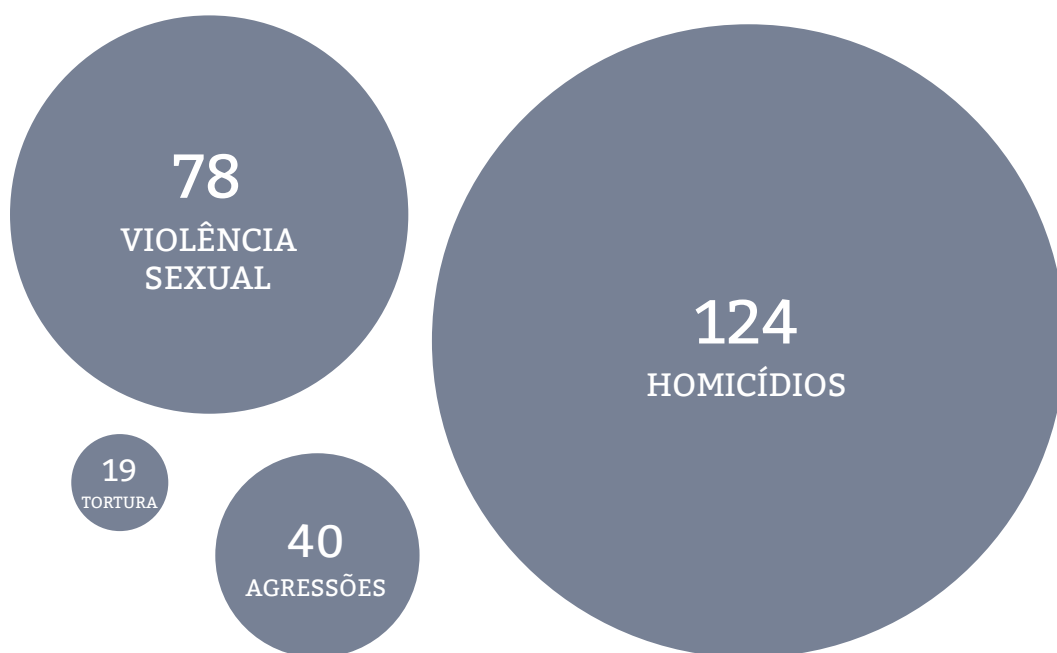
em diversos âmbitos, não só saúde, educação e outros, mas principalmente quando são vítimas de violências ou quando são autores de atos infracionais.

O ECA ajudou o país a evoluir, saindo de um contexto em que era comum a publicação de notícias como “menor assalta adolescente na porta da escola”. Os estigmas e os preconceitos não foram superados, como mostra nosso acompanhamento. Pelo contrário, crianças e adolescentes negros e negras são altamente discriminados em muitas partes do país. Mas muita coisa mudou e, pelo menos formalmente, alguns direitos são respeitados. Por exemplo, quase não encontramos no nosso monitoramento o uso da expressão “menor” por parte das fontes. Aparentemente, campanhas lideradas pela ANDI (Agência de Notícias sobre a Infância) durante anos, junto a veículos de mídia, surtiram efeito.

As recomendações e as penalidades do Estatuto também reduziram significativamente os registros de violência contra adolescentes autores de atos infracionais pela polícia. Em contrapartida, adolescentes, especialmente negros, são vítimas não de policiais em serviço, mas de seguranças, vigilantes e policiais fora de serviço. Também captamos informações de jovens punidos por moradores de bairros ao serem flagrados furtando bicicletas.

Em 09/07/2019, parentes de dois adolescentes denunciaram violências graves e abuso sexual contra os rapazes por supostos policiais e agentes da Supervia, a empresa que opera os trens urbanos no Rio de Janeiro. Um dos meninos disse: “Mais que humilhação, covardia. Levou a gente para trás da estação. Começou a bater na gente. Jogou spray de pimenta, bateu com a arma na nossa cara, chutou a cabeça. Mandou a gente rolar no mijo, secar o mijo”. Segundo os jovens, os agressores eram “dois policiais sem farda e quatro guardinhas da Supervia”.

TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (JUN A OUT 2019)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Também lembramos do caso chocante de um adolescente torturado com chicotadas por seguranças de um supermercado em SP (02/09/2019). Nesses casos, os autores das violências gravíssimas contra jovens negros não são policiais em serviço (pois o ECA prevê penas agravadas para agentes do estado no tratamento inadequado a adolescentes infratores), mas seguranças privados. Em ambos os casos (no supermercado Ricoy, em SP, e na Supervia, no RJ), os autores das violências gravaram as cenas de tortura nos próprios celulares com o intuito de divulgá-las nas redes para dissuadir furtos e pequenos crimes nas áreas sob seu controle. Foram essas imagens que condenaram os vigilantes – nos dois casos, as famílias dos adolescentes tiveram a coragem de denunciar as violências à polícia e à mídia.

Nos 276 registros monitorados pela Rede de Observatórios envolvendo crianças e adolescentes, identificamos os principais tipos de violência: 124 casos de homicídios, 19 de tortura, 78 casos de violência sexual ou estupro, 40 casos de agressão física e 22 casos de abandono e negligência. Em diversas situações ocorre mais de um tipo de violência: uma adolescente é vítima de estupro e depois morta; uma criança sofre negligência e também agressão física. Em todos eles, registramos informações sobre perfil das vítimas, dos agressores, os meios utilizados, nomes e descrição dos acontecimentos. Casos de violência contra adolescentes são quase todos de meninos (84% dos casos com informações). Apenas em 27 casos foi informada a cor ou raça das vítimas; 16 eram negros e negras.

Como nos demais fenômenos, o monitoramento capturou um recorte ínfimo das violações que ocorrem diariamente quanto aos direitos de meninas e meninos de diferentes idades. Mesmo assim, reler os casos recolhidos demanda coragem e causa angústia e horror, especialmente porque as vítimas em geral têm menos recursos de defesa do que outros alvos de crimes e violências. Certo é que essa triste coleção de fatos mostra que o país continua a precisar de mecanismos de proteção de crianças e adolescentes e não de mudanças legais, como a redução da maioria penal, que ampliem o fenômeno do encarceramento para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

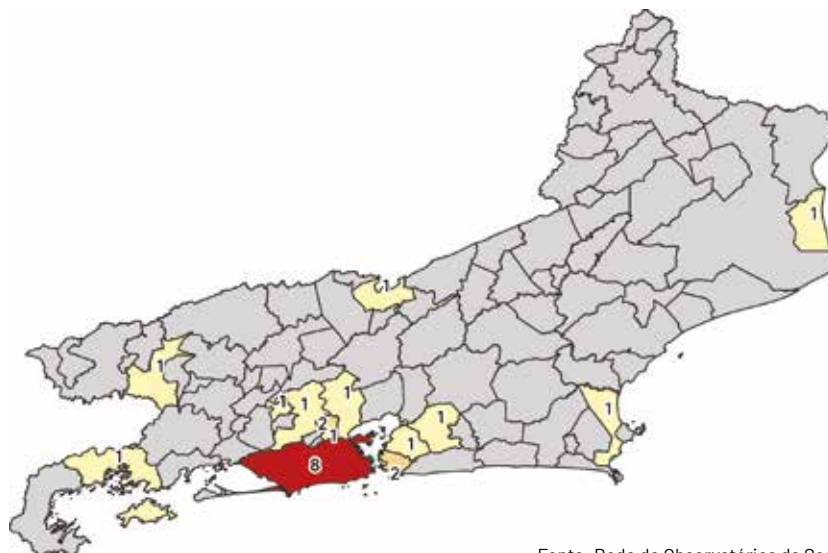
Chacinas e Linchamentos

Chacinas e linchamentos são fenômenos distintos, mas guardam entre si um aspecto comum: são a exacerbação das dinâmicas mais extremas de violência – homicídios múltiplos e lesões corporais infligidas por pessoas que agem coletivamente.

As chacinas – a morte de três ou mais pessoas, no mesmo evento e localidade – são típicas da presença de grupos criminosos, ou de policiais em serviço ou fora de serviço, que agem planejadamente e com o objetivo não só de exterminar, mas também de mandar uma mensagem para populações locais, outros grupos

criminosos, autoridades e mídia. O recado é que existe um bando mandando naquela área, disposto a matar de forma indiscriminada como vingança ou para demonstrar seu poderio.

MAPA CHACINAS RIO (JUN A OUT 2019)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Há anos o Brasil assiste a esses acontecimentos traumáticos – mortes de 5, 10, 20 pessoas num único episódio de violência, cujo impacto perdura por muito tempo na memória de uma cidade, de um país. Familiares de vítimas dessas chacinas carregam pela vida, às vezes por mais de uma geração, o compromisso de honrar os seus mortos e de buscar desesperadamente por justiça, em geral sem sucesso.

Assim foram as chacinas de Vigário Geral e Candelária, no Rio de Janeiro (1993), Nova Iguaçu (2005) e a chacina de Curió, em Fortaleza (2015). Em 2006, São Paulo viveu as Chacinas de Maio, quando mais de 500 pessoas foram mortas por policiais ou grupos paramilitares ao longo de 10 dias em represália a ataques do PCC. Mas no Brasil também convivemos com outras mortes em massa. São marcantes e frequentes no Brasil os massacres dentro de presídios; matanças em escolas, comuns nos EUA, também vêm ocorrendo em nosso país, como foram os chocantes ataques aos alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro (2011), e da Escola Estadual Professor Raul Brasil, no município de Suzano, em São Paulo (2019).

Nos últimos anos, assistimos à intensificação de acontecimentos específicos, que poderiam ser classificados como “chacinas oficiais”: pessoas mortas em operações policiais autorizadas, muitas vezes após a morte de um agente. Nessas ações, policiais em serviço matam supostos criminosos em intervenções

consideradas “bem-sucedidas” por autoridades. Assim foram as chacinas da Rodovia Castelinho, em SP (2002) e a de Cabula, na Bahia (2015).

Diversos casos de mortes múltiplas decorrentes de uma única ação policial ocorreram durante a intervenção federal das Forças Armadas no Rio de Janeiro em 2018, sendo as maiores na favela da Rocinha, em março de 2018, quando oito pessoas morreram; e na Maré, que fez sete vítimas em junho do mesmo ano. Em fevereiro de 2019, durante uma operação nos morros Fallet e Fogueteiro, 13 pessoas foram mortas. Em outubro de 2019, policiais mataram 19 pessoas em Manaus, numa operação policial. A resposta do secretário de Segurança Pública do Amazonas foi chocante e indicativa dos tempos atuais: polícia não mata, age tecnicamente.

Olhando os números da Rede de Observatórios, registramos 34 chacinas, sendo 23 delas no RJ. Entre as 34 registradas, 16 tiveram a participação de policiais ou grupos paramilitares. A maior parte dos casos de homicídios múltiplos são acontecimentos com três ou quatro mortos. Essas notícias chamam pouco a atenção. É preocupante perceber que hoje precisamos ter mais de 10 mortos para que violências em série choquem a sociedade e para que as polícias civis priorizem a elucidação desses crimes múltiplos, sejam eles produzidos por facções, milícias ou por policiais em serviço.

MAPA LINCHAMENTOS PERNAMBUCO (JUN A OUT 2019)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Linchamentos são espancamentos coletivos, que podem ou não resultar na morte das vítimas. Os estudos clássicos, como os de José de Souza Martins, mostram que lynchamentos refletem descrença na justiça, mas também espírito punitivo e desejo de ação exemplar, estando ligados a lógicas de vigilantismo. No caso do nosso monitoramento, verificamos que os casos são altamente subnotificados. Muitas vezes, lynchamentos ou tentativas são registrados como lesão corporal. Em vários casos não há registros. Em Pernambuco¹⁴ e no Rio de Janeiro¹⁵, adolescentes que furtaram uma bicicleta foram espancados. Como tinham passagens anteriores pela polícia, preferiram não registrar as lesões

¹⁴ TV Jornal NE/UOL, “Após ter bicicleta furtada, homem impede linchamento de menor suspeito”, 21/6/19 (<https://bit.ly/2oYxYeY>)

¹⁵ “Rio: Acusado de furto de bicicleta é linchado por populares”, Revista Bicycling Brasil, 13/9/2019 (<https://bit.ly/36Fd8Co>)

corporais ou tentativa de homicídio. Os linchadores eram vizinhos e passantes, aliados a seguranças, que resolveram “dar uma lição nos moleques”, para que ele não volte a furtar ali.

De junho a outubro, registramos 28 casos de linchamentos e tentativas, sendo que a idade média era de 34 anos e em 22 casos as vítimas eram do sexo masculino. Os estudos mais recentes apontam que um dos problemas mais graves no Brasil é que os linchamentos raramente vão à justiça e mais raramente ainda seus autores são investigados e condenados. A impunidade é mais um fator de estímulo a esses atos públicos de violência coletiva, que tornam ainda mais negativa as percepções dos brasileiros sobre as instituições públicas.

Outros estados da Rede também registraram ações violentas de grupos criminais, em menores proporções e com aspectos diferentes das ocorridas no Ceará. São Paulo assinalou, além de depredação de ônibus, ocorrências do chamado “tribunal do crime”,¹⁶ e ataques a agências bancárias, como em Pernambuco.¹⁷ Essas investidas, sejam como formas de reivindicação por melhores condições de vida no sistema penitenciário, sejam motivadas por interesses financeiros, são experiências que têm a força de modificar o cotidiano e a vida de parte expressiva da população. Medo, insegurança e incerteza tomam forma não só pela violência dos atos, mas também porque essas ações desestruturam a rotina da cidade, fazendo com que linhas de ônibus não circulem, escolas e creches não abram e trabalhadores não possam sair de suas casas para seus afazeres.

Ataques e ações de grupos criminais

Alguns estados brasileiros já assistiram a demonstrações de poder por parte de criminosos, em geral integrantes de facções, quadrilhas ou comandos. Essas exhibições desafiam o poder público e as forças policiais, que são instadas a garantir a ordem e a proteção dos cidadãos. No Rio de Janeiro, a depredação e a queima de ônibus nas principais vias da cidade são cenas rotineiras. A capital fluminense também chegou a registrar um ataque à sede municipal do governo, em 2002, quando mais de 100 tiros foram disparados contra o edifício; duas granadas foram encontradas no interior¹⁸ do prédio. Em São Paulo, no ano de 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) organizou uma série de atos de violência que se espalharam para outros cinco estados, somando mais de mais de 500 vítimas, entre mortos e feridos¹⁹. No mesmo ano, o estado da Bahia também sofreu uma série de atentados por parte de criminosos, ainda que sem relação direta com o PCC.

¹⁶ “Homem se finge de morto para escapar de ‘tribunal do crime’ em Itaquaquecetuba”. Fonte: <https://glo.bo/2Wu6iLb>

¹⁷ “Agência da Caixa de Belo Jardim é alvo de criminosos; veja as imagens”. Fonte: <http://bit.ly/2N2nDb3>

¹⁸ Price, Roberto. 24/06/2002. “Prefeitura do Rio é alvo de atentado e polícia encontra granadas”. Folha de São Paulo [on-line], Cotidiano.

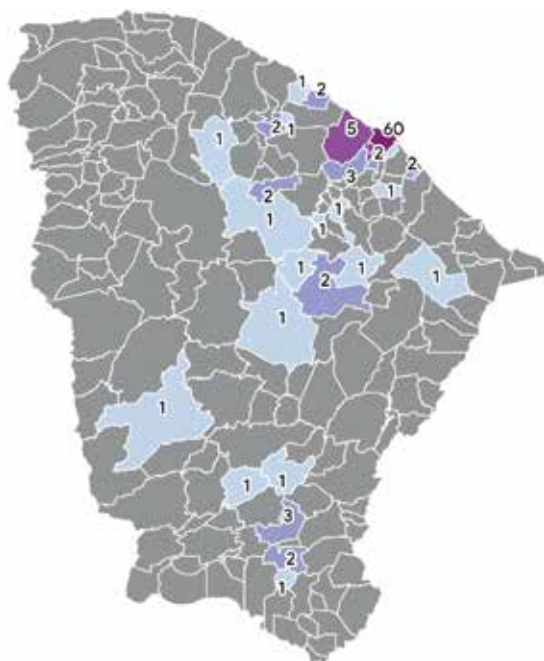
¹⁹ “São Paulo sob Ataque”. Fonte: <http://bit.ly/2pvAihv>

Mais recentemente, o estado que tem se notabilizado pelos ataques coordenados promovidos por criminosos é o Ceará. Desde 2017, ali foram registrados atos de violência, com origens e causas distintas, mas que sempre causam a depredação de edificações públicas, veículos, ônibus e até mesmo viadutos. Neste ano, o Ceará assistiu a duas ondas de agressões: uma, no início do ano; e outra, em setembro. Em janeiro, os ataques foram fomentados por declarações do secretário da Administração Penitenciária, Mauro Albuquerque, de que não reconhecia facções e que elas seriam misturadas dentro dos presídios cearenses. Cabe dizer que o secretário é alvo de denúncias sobre maus-tratos e torturas ocorridos nos presídios do Rio Grande do Norte sob sua gestão.

Em pouco mais de um mês, em resposta às políticas do secretário, grupos criminosos realizaram quase 300 ações de violência; mais de 400 pessoas foram presas; quatro pessoas ficaram feridas em ações incendiárias e três pessoas foram mortas. O governo cearense respondeu aos ataques do início do ano com mais repressão. Relatório da missão feita pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura em abril deste ano constatou casos de tortura e maus-tratos dentro do sistema²⁰.

Em setembro, quando o Ceará se viu sob uma nova onda de ataques, a Rede monitorava cada ação violenta ocorrida no estado. Foram 107 atos apenas em setembro, em sua maioria em Fortaleza (60), mas também em cidades como Maracanaú, Caucaia e Maranguape. Diferentemente do ocorrido no início do ano, no segundo semestre, a violência se concentrou em veículos e edificações privadas: 40 carros e 12 edificações foram depredadas, de acordo com o monitoramento da Rede.

ATAQUES NOS MUNICIPIOS DO CEARÁ (SETEMBRO 2019)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

²⁰ "Relatório de Missão ao estado do Ceará". Fonte: <http://bit.ly/36kLLgG>

Sistema Penitenciário e Socioeducativo

Penitenciárias e estabelecimentos do sistema socioeducativo são instituições ausentes na pauta dos grandes jornais e veículos independentes, e também nas conversas e nos debates cotidianos dos moradores das cidades brasileiras. São lugares “blindados”, dos quais apenas uma pequena fração dos acontecimentos ocorridos por trás dos seus muros vem a público. Com mais de 840 mil presos, o Brasil tem um histórico, reconhecido internacionalmente, de práticas de tortura e maus-tratos no interior dos seus estabelecimentos, além das péssimas condições de infraestruturas e sanitárias, que levam a população interna a desenvolver doenças de pele e respiratórias, como a tuberculose. Apesar desse contexto dramático, o monitoramento da Rede registrou apenas 52 ocorrências sobre estes sistemas. O número está em consonância, por exemplo, com a pesquisa *Mídia e Violência – Dez anos depois*, realizada em 2016, que revelou que apenas 3,8% das matérias analisadas tratavam dos sistemas penitenciário e socioeducativo.

Como também mostra a pesquisa, os sistemas penitenciário e socioeducativo só ocupam o centro do debate público durante rebeliões e motins ou em casos graves de denúncias de tortura e agressão. Em São Paulo, a Rede registrou três ocorrências no interior do sistema socioeducativo: duas fugas e um caso de tortura perpetrada pelos agentes. Além de São Paulo, o Rio de Janeiro também testemunhou eventos, como a rebelião ocorrida no dia 27 de outubro, no Centro de Socioeducação Dom Bosco, cujos agentes pleiteavam benefícios. A rebelião não provocou nenhuma morte. Imagens e vídeos do interior do estabelecimento circularam fartamente durante o episódio.

O desconhecimento sobre o cotidiano das prisões implica uma percepção falha sobre o contexto de segurança pública. Saber o que ocorre nas prisões brasileiras é essencial para a compreensão das dinâmicas da criminalidade no país. Isto porque as prisões se tornaram verdadeiros quartéis gerais de líderes de facções, cujas forças são continuamente renovadas pela entrada de mais presos no sistema. No estado de São Paulo, onde o massacre do Carandiru, em 1992, deixou 111 detentos mortos, as péssimas condições de vida enfrentadas pelos internos nas prisões estiveram na origem da organização do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das facções com maior presença no Brasil. No Ceará, em 2019, houve dois episódios de ataques em série a bens públicos e meios de transporte, ordenados pelas lideranças de facções para pressionar contra o endurecimento no tratamento dos presos cearenses.

Com o encarceramento em massa de jovens negros das periferias brasileiras, a facção surgida no início dos anos 2000 ganhou forma e expressão, crescendo em número de integrantes de maneira contínua, com a defesa de melhores condições de vida dentro das cadeias. Em pouco tempo, a influência do PCC atravessou os muros das penitenciárias paulistas e passou a organizar

o crime em São Paulo e, posteriormente, a influenciar a criminalidade em outros estados, aliada a grupos locais ou contra eles.

Recentemente, o sistema socioeducativo entrou em pauta após uma liminar expedida pelo ministro do STF Edson Fachin, delimitando em 119% a taxa de ocupação das unidades do sistema socioeducativo nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco, o que provocou a inclusão dos adolescentes excedentes em programas de regime aberto. Um raro caso de avanço em um tema da sociedade que raramente consegue mobilizar a opinião pública.

Manifestações, greves e passeatas

Apesar de parecerem distantes do tema da segurança pública, manifestações, greves e passeatas têm, na realidade, uma conexão com a área em pelo menos três aspectos. O primeiro se refere à utilização de forças de segurança, seja para garantir certa ordem urbana, seja para proteger os manifestantes (quando estes, por exemplo, interrompem o tráfego).

Um outro aspecto são os enfrentamentos e a violência ocorrida nos protestos. Intencionais ou não, cenas de agressões e vandalismos costumam ser observadas ao final dos trajetos das passeatas, normalmente perpetradas por pequenos grupos de manifestantes, alguns deles mascarados. Estes grupos ficaram conhecidos no Brasil como os “black blocs”, principalmente após as manifestações massivas no mês de junho de 2013. Foi também naquela época que muitos manifestantes tiveram o primeiro contato com a violência das forças policiais e com as chamadas armas menos letais que, apesar do nome, são indicativos de um aumento do uso da força e da militarização das polícias em vários países do mundo²¹.

Por fim, fenômenos menos frequentes, mas nem por isso desimportantes, são as greves de policiais ou de familiares de policiais. A maior e mais recente greve da categoria aconteceu no Espírito Santo, em 2017, e durou cerca de 20 dias, período em que foram registradas mais de 200 mortes violentas no estado. Como a Constituição Federal proíbe expressamente a greve de categorias militares²² (Forças Armadas, Policiais Militares e Bombeiros Militares), a paralisação foi realizada pelos familiares dos policiais, que ocuparam a saída dos batalhões bloqueando a passagem das viaturas. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro à época, mas com menor expressão do que o levante capixaba²³.

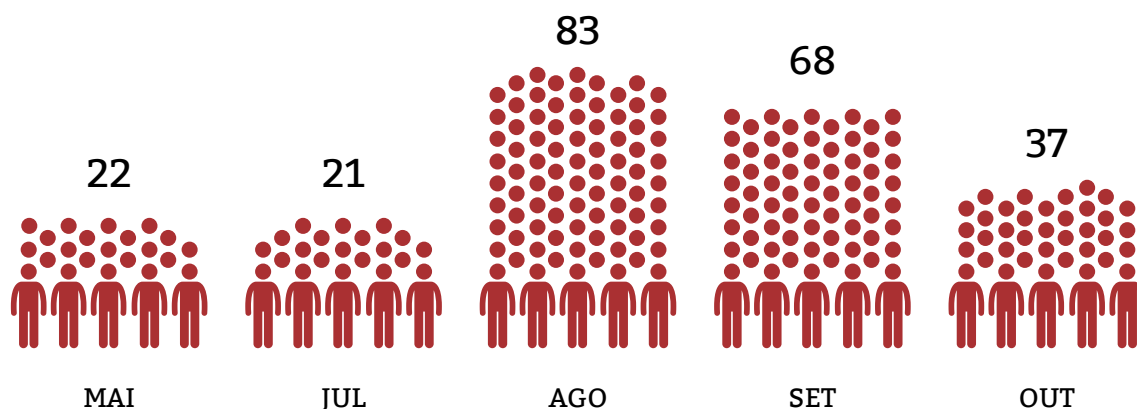
²¹ Musumeci, Leonarda. *Entre o grito e o tiro. Polícia, democracia e armas “menos letais”*. Boletim Segurança e Cidadania, n. 16, nov. 2015.

²² Constituição Federal. Artigo 142, 3º parágrafo, inciso IV.

²³ Coelho, Henrique & Rodrigues, Matheus. 11/02/2017. “Parentes de PMs do RJ continuam protestos; serviços não são afetados”. G1 Globo.

O caso mais recente ocorreu na Bahia, no início do mês de outubro deste ano, quando um movimento de militares ligados à Associação dos Policiais e Bombeiros e de seus Familiares (Aspra), que conta com cerca de 15 mil associados, metade do efetivo estadual, deflagrou uma greve no dia 8. Durante os dias de paralisação, houve registro de arrastões, ônibus foram depredados e viaturas, atacadas. A periferia de Salvador, na região do bairro de Tancredo Neves, foi a mais afetada: foram registrados arrombamentos de lojas, um arrastão em um supermercado e tiros disparados contra um ônibus.

MANIFESTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (JUN A OUT 2019)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

De junho a outubro de 2019, a Rede de Observatórios da Segurança contabilizou 179 protestos e manifestações e 52 greves e paralisações. O maior volume de casos se concentrou no mês de agosto, quando o país assistiu a uma explosão de protestos em resposta a uma série de atos do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que atacaram a autonomia universitária e a própria manutenção dessas instituições.

É importante notar que, diferentemente do que ocorreu durante os protestos de 2013, não houve registros significativos do uso da violência dentro das manifestações e greves monitoradas pela Rede. Só em cinco casos foi apontado o uso de violência por parte das forças policiais ou dos manifestantes, indicando que, apesar do volume e da expressão que tiveram, as manifestações pela Educação foram predominantemente pacíficas.

O direito à manifestação é uma conquista democrática e um avanço civilizatório. A liberdade de expressar contrariedade diante dos caminhos escolhidos pelos governantes é uma das ferramentas da política e pode ajudar a controlar vontades autoritárias e fazer avançarem as políticas sociais. Uma polícia democrática defende os direitos dos cidadãos, em especial, o de expressar descontentamento e contrariedade contra os que estão no poder.



Artigos

Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil

Pablo Nunes

Coordenador de Pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança

O Brasil estreou oficialmente no uso de tecnologias de reconhecimento facial na área de segurança pública este ano. A novidade suscita muitas dúvidas e receios. A única certeza, após um ano de experiências em alguns estados do Brasil, é que essas tecnologias podem agravar o encarceramento em massa, principalmente de jovens e negros das periferias brasileiras.

O principal laboratório dos sistemas de reconhecimento facial é o estado da Bahia. O primeiro teste foi realizado durante o carnaval, em março de 2019, na cidade de Salvador. Nessa época, foi noticiada a primeira prisão através da ferramenta. Mesmo fantasiado, Marcos Vinicius de Jesus Neri, de 19 anos, foi preso quando brincava em um bloco de carnaval, em decorrência de um mandado de prisão em aberto pelo assassinato de Sandro Barreto de Souza, de 21 anos, em 2017. Desde então, as polícias baianas detiveram 74 pessoas com o uso de tecnologias de reconhecimento facial.

As promessas associadas a essas tecnologias são tentadoras. Em um país onde há um sentimento generalizado de impunidade (mesmo com a terceira maior população carcerária do mundo) e onde a atuação das polícias é questionada pelo seu viés racista, o reconhecimento facial seria um meio de aumentar a eficiência do trabalho policial e minimizar o preconceito nas abordagens, dando a um algoritmo “isento” a tarefa de selecionar os suspeitos.

Quando olhamos essas tecnologias mais de perto, vemos que uma série de fatores torna essas promessas difíceis de serem atingidas. A primeira tarefa que o sistema de reconhecimento facial precisa realizar é identificar que há um rosto no vídeo analisado. Essa tarefa não é simples, tanto que em Hong Kong¹ e em outras partes do mundo² onde essa tecnologia tem sido usada há mais tempo manifestantes e outras pessoas que queiram escapar do monitoramento utilizam camuflagens, como pinturas faciais.

O reconhecimento facial é uma forma de biometria, que é a ligação entre um elemento único do corpo humano de um indivíduo com uma unidade de registro. O elemento corporal utilizado pode ser a digital, a face, o modo de caminhar³. As unidades de registro mais comuns são os cadastros, como o Registro Geral (RG), o número da Previdência Social ou a conta bancária. A parte do corpo utilizada na biometria, seja a digital ou a face, nunca é analisada por completo. Isto quer dizer que são escolhidos alguns pontos do rosto

¹ Novak, Matt. 04/10/2019. “Hong Kong proibe máscaras e pinturas faciais que ajudam manifestantes a evitar reconhecimento facial”. Gizmodo Brasil.

² Stein, Joel. 08/08/2019. “I Tried Hiding from Silicon Valley in a Pile of Privacy Gadgets”. [Bloomberg Businessweek](#).

³ Khan, Imad. 11/07/2018. “China implements tech that can detect people by the way they walk”. Associated Press.

ou do dedo e, com base nas distâncias entre esses pontos, é calculada a probabilidade de aquela digital ou de aquela face ser da pessoa cadastrada no banco de dados. No caso do rosto humano, as possibilidades de haver diferenças ou modificações nessas distâncias são bem maiores do que numa digital, já que uma pessoa envelhece e perde colágeno, pode estar bocejando, piscando etc.

As tecnologias de reconhecimento facial aplicadas ao policiamento se utilizam dessas assinaturas, calculadas de acordo com os pontos da face de indivíduos, para acionar alertas. Esses alertas são emitidos quando o rosto da pessoa filmada pela câmera possui certo grau de semelhança com alguma das faces presentes no banco de dados utilizado – nesses casos, o de pessoas com mandados de prisão em aberto. Esse grau de semelhança tem de ser calibrado, porque se for fixado em níveis menores do que 90% de semelhança, por exemplo, pode provocar um número muito grande de falsos positivos. No extremo oposto, se o nível de semelhança exigido pelo algoritmo for 99,9%, por exemplo, a chance de o sistema emitir alertas será muito baixa.

Esses alertas podem ser comparados ao envio de uma ambulância para socorrer um possível paciente. Se em 9 de cada 10 chamadas não houver uma emergência real, teremos o desperdício de dinheiro público e a alocação inútil de tempo e pessoal. É o que tem ocorrido na aplicação da tecnologia de reconhecimento facial. Por exemplo, durante o carnaval, nos quatro dias da Micareta de Feira de Santana, na Bahia, o sistema de videomonitoramento capturou os rostos de mais de 1,3 milhões de pessoas, gerando 903 alertas, o que resultou no cumprimento de 18 mandados e na prisão de 15 pessoas⁴, ou seja, de todos os alertas emitidos, mais de 96% não resultaram em nada.

Também é importante ter em mente que as tecnologias de reconhecimento facial, como todas as inovações em processo de aperfeiçoamento, estão fadadas a produzir erros. Mas, diferente de que ocorre em outras tecnologias, estes erros podem representar constrangimentos, prisões arbitrárias e violações de direitos humanos. Em julho, o sistema utilizado pela polícia do Rio foi tema do noticiário após ter apontado erroneamente, no segundo dia de atividade, uma mulher como procurada pela justiça. Não bastasse a abordagem equivocada, descobriu-se nos dias seguintes que a criminosa procurada já estava presa há quatro anos⁵, indício claro de que o banco de dados utilizado à época tinha graves problemas de atualização. Dias depois, policiais do Rio de Janeiro prenderam outra pessoa por engano⁶.

Para tentar entender o impacto da aplicação dessas tecnologias no trabalho de policiamento no Brasil, a Rede de Observatórios da Segurança monitorou os casos de prisões e abordagem com o uso de reconhecimento facial, bem como projetos e planos de implementação deste tipo de tecnologia em estados brasileiros. De março a outubro deste ano, foram monitorados casos de prisões em

⁴ G1 BA. 29/04/2019. "Feira de Santana registra 33 prisões por reconhecimento facial durante micareta".

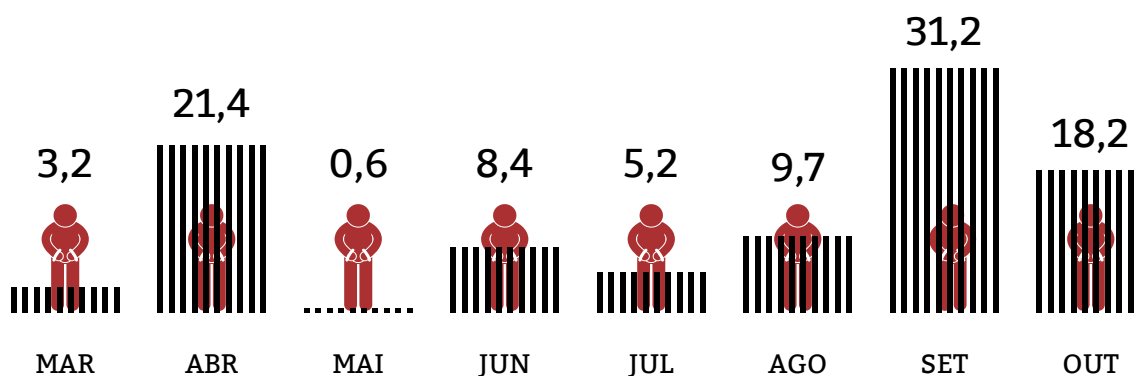
⁵ Werneck, Antônio. 11/07/2019. "Reconhecimento facial falha em segundo dia, e mulher inocente é confundida com criminosa já presa". *O Globo*.

⁶ Almeida, Emily. 24/07/2019. "Homem é preso por engano em Copacabana". *Band News Rio*.

quatro estados: Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba, totalizando 151 pessoas presas.

Dos casos monitorados pela Rede, a Bahia foi responsável por 51,7% das prisões, seguida do Rio de Janeiro, com 37,1%, Santa Catarina, com 7,3%, e Paraíba, com 3,3%. O monitoramento é baseado nas matérias publicadas por dezenas de veículos de imprensa e se utiliza das informações veiculadas nas contas oficiais das polícias e de outros órgãos nas redes sociais. As prisões com o uso de reconhecimento facial têm ocorrido desde março, sendo que os meses de abril, setembro e outubro foram os que registraram a maioria dos casos. Setembro foi o ápice, com 31,2% das prisões.

PROPORÇÃO DE PRISÕES EFETUADAS COM O USO DE RECONHECIMENTO FACIAL POR MÊS (2019, em %)



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Em alguns casos monitorados foi difícil encontrar informações completas sobre o perfil da pessoa presa ou abordada, onde o reconhecimento foi realizado e os motivos da eventual prisão. No conjunto, em 66 casos havia informações sobre sexo: 87,9% dos suspeitos foram homens e 12,1%, mulheres. A idade média do grupo foi de 35 anos. Em relação aos casos em que havia informações sobre raça e cor, ou quando havia imagens dos abordados (42 casos), 90,5% das pessoas eram negras e 9,5% eram brancas. No que se refere à motivação para a abordagem, chama a atenção o grande volume de prisões por tráfico de drogas e por roubo 24,1%, cada uma.

Por mais que para alguns a tecnologia de reconhecimento facial possa parecer uma novidade misteriosa e incerta em seus resultados, para os rapazes jovens e negros ela tem representado a certeza de que continuarão a ser abordados de forma preferencial, em nome da chamada “guerra às drogas”. O reconhecimento facial tem se mostrado uma atualização *high-tech* para o

velho e conhecido racismo que está na base do sistema de justiça criminal e tem guiado o trabalho policial há décadas.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que cidades e países inteiros proíbem a utilização de reconhecimento facial, no Brasil esta tecnologia ganha cada vez mais entusiastas. Estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e o Distrito Federal declararam estar em processo de contratação ou de implementação deste tipo de tecnologia para o trabalho de policiamento⁷. Quase todos os estados do Nordeste têm grandes investimentos no setor. Projetos de empresas chinesas estão sendo implementados na região, entre eles a instalação de câmeras de reconhecimento facial⁸. O governo federal tem dado sua contribuição para a expansão desta tecnologia, como, por exemplo, a portaria n° 793 de 24 de outubro de 2019, que regulamenta o uso de dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública para o “fomento à implantação de sistemas de videomonitoramento com soluções de reconhecimento facial, por Optical Character Recognition – OCR, uso de inteligência artificial ou outros”.

É preocupante ver que, em um país em que historicamente não são respeitadas as premissas de transparência de dados sobre segurança pública e criminalidade, aliado aos recentes projetos que ignoram a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais⁹ (LGPD), não há nenhuma preocupação dos governos em elaborar mecanismos de *accountability* voltados para as tecnologias de reconhecimento facial e nem protocolos para segurança dos dados coletados. Os projetos implementados em algumas das corporações policiais do Brasil, a par com a criação do Banco Nacional Multibiométrico e de impressões Digitais¹⁰, proposto pelo ministro da Justiça Sérgio Moro, são apresentados como formas de modernização da prática policial, mas na verdade têm representado um retrocesso em relação à eficiência, transparência, *accountability* e proteção de dados pessoais da população.

⁷ Informações recolhidas via Lei de Acesso à Informação. Lei n° 12.527. Planalto, Brasília.

⁸ Mello, Patricia Campos. 30/08/2019. “Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre EUA e China”. *Folha de São Paulo*.

⁹ Lei n° 13.709, de 14/08/2018. Congresso Nacional, Brasília.

¹⁰ Projeto de Lei Anticrime. Fonte: <http://bit.ly/2N6QgtL>.

A política de segurança pública do Rio de Janeiro é ineficiente e financeiramente insustentável

Alexandre Ciconello Ganança

Consultor da Rede de Observatórios de Segurança e mestre em Ciência Política

Ao enviar o seu planejamento estratégico para quatro anos (Plano Plurianual, ou PPA, 2020-2023), junto com a proposta de orçamento estadual para 2020, o governador Wilson Witzel destacou a importância da responsabilidade fiscal, tendo em vista que o estado do Rio de Janeiro se encontra em regime de recuperação fiscal com a União.

Em sua mensagem à Assembleia Legislativa, o governador afirmou que o Rio está em estado de calamidade financeira e que ele pretende trazer economia aos cofres públicos. Entretanto, seu Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLOA) prevê um déficit de 10,7 bilhões de reais, dentro de despesas totais previstas de R\$ 80,8 bilhões.

Ao analisar os gastos propostos para 2020, encontramos a segurança pública como a área que recebe a maior fatia de recursos públicos, depois da previdência social. Serão 12,7 bilhões de reais, correspondendo a 15,7% de todo o orçamento do estado.

O Rio de Janeiro é o estado brasileiro que mais gasta em segurança pública, proporcionalmente ao orçamento. O valor destinado à área quase corresponde ao montante de todos os gastos com saúde e educação – R\$ 14,5 bilhões, ou 17,9% do orçamento.

Contudo, se considerarmos os gastos com aposentadorias e pensões para servidores da área da segurança (R\$ 8,5 bilhões), esse valor alcançaria R\$ 21,2 bilhões, ou 26,3% do orçamento do estado.

Como o estado que mais gasta em segurança pública apresenta resultados tão ruins nesta área, tendo ainda sido sujeito, em 2018, à primeira intervenção federal na gestão da política de segurança decretada em um período democrático?

Qual o impacto social de mais de um quarto de todos os recursos estaduais serem destinados à segurança e ao pagamento de pensões e aposentadorias aos policiais e trabalhadores da segurança, ao invés de outras áreas sociais como saúde, educação, moradia, saneamento, cultura?

Uma das razões para o altíssimo gasto na política de segurança no Rio de Janeiro é a ênfase no policiamento ostensivo e na lógica do confronto e da guerra.

Se essa política tem se mostrado ineficiente do ponto de vista dos indicadores de criminalidade, se é desumana e racista pela atuação policial nas favelas e periferias do estado, desrespeitando direitos e garantias constitucionais, ela também é insustentável do ponto

de vista orçamentário, drenando os recursos que deveriam ser destinados a outras áreas sociais e ao investimento público.

A atual estratégia de segurança requer a mobilização de um grande número de policiais e a criação de unidades especializadas. Operações policiais de alto risco e com baixos resultados e o uso de helicópteros e blindados fazem parte desse modelo, que contribui para inviabilizar financeiramente o estado do Rio de Janeiro. Para além dos gastos nas ações policiais, uma das consequências da mobilização de um grande contingente de agentes é o expressivo impacto nas despesas previdenciárias estaduais. Um terço de todos os custos com a aposentadoria e as pensões no estado é destinado à área da segurança, e esse gasto só tende a crescer. A constante exposição dos policiais aos confrontos também causa mortes e inúmeros traumas físicos e psicológicos. O aprofundamento desta lógica pelo governo atual tende a ser explosivo do ponto de vista das finanças públicas, assim como desastroso do ponto de vista humano, colocando policiais e moradores, majoritariamente negros e pobres, em risco.

Mesmo que a ênfase em uma política de enfrentamento na área da segurança com baixo controle democrático, centrada na guerra ao varejo das drogas, fosse uma opção válida para garantir o direito à segurança da população – embora todas as evidências nacionais e internacionais demonstrem o contrário – essa estratégia não se sustenta segundo a ótica orçamentária. Não é eficaz e não é eficiente.

No âmbito federal, vemos o mesmo equívoco em curso. O Plano Plurianual apresentado pelo governo Bolsonaro reforça a lógica do combate e a desconexão com objetivos e metas concretas de redução de homicídios, diminuição da violência contra a mulher ou controle de armas de fogo, previstas na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social aprovada em 2018. A meta do Programa 5016 (Segurança Pública, Combate à Corrupção e ao Crime) é realizar 20.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA do governo federal (2020-2023).

Diferentemente de outras políticas públicas, como saúde, educação ou moradia, mais recursos gastos na segurança pública não necessariamente significam melhores serviços e bens para a população. Para quem vive em favelas, com a presença de grupos criminosos, pode representar mais insegurança e morte.

O problema do estado do Rio de Janeiro não é a falta de recursos ou a não priorização da segurança pública no orçamento estadual, mas sim um direcionamento equivocado da política pública, voltada para o confronto e o policiamento ostensivo em detrimento da investigação e do uso da inteligência policial.

ESSA POLÍTICA
INEFICIENTE,
DESUMANA E
RACISTA TAMBÉM
É INSUSTENTÁVEL
DO PONTO DE VISTA
ORÇAMENTÁRIO

SOBRE O RELATÓRIO
Edição: Anabela Paiva
Design: Refinaria Design
Revisão: Malu Resende

Fotos:

Capa - A.PAES / Shutterstock.com
Página 3 - Midia Ninja
Página 11 - Secretaria de Comunicação da Bahia
Página 17 - Fontenele/O Povo
Página 23 - Eric Gomes
Página 29 - Vladimir Platonov/ Agência Brasil
Página 35 - Raul Passos
Página 41 - Elza Fiuza/ Agência Brasil

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

PERNAMBUCO

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES